



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
(POSMEX)

VANESSA MARIA SANTIAGO DA SILVA

AS FEIRAS DE BASE AGROECOLÓGICA EM RECIFE –
PERNAMBUCO: TROCAS DE SABERES, SABORES E IDEIAS
SUSTENTÁVEIS.

RECIFE

2016

VANESSA MARIA SANTIAGO DA SILVA

**AS FEIRAS DE BASE AGROECOLÓGICA EM RECIFE –
PERNAMBUCO: TROCAS DE SABERES, SABORES E IDEIAS
SUSTENTÁVEIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Mestrado, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Profa. Dra. Irenilda de Souza Lima.

RECIFE-PE

2016

Ficha catalográfica

S586f Silva, Vanessa Maria Santiago da
As feiras de base agroecológica em Recife,
Pernambuco: trocas de saberes, sabores e ideias
sustentáveis / Vanessa Maria Santiago da Silva. – Recife,
2016.
104 f. : il.

Orientadora: Irenilda de Souza Lima.
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal
Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife,
2016.
Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Agroecologia 2. Agricultura familiar
3. Desenvolvimento local 4. Feiras agroecológicas I. Lima,
Irenilda de Souza, orientadora II. Título

CDD 338.1

VANESSA MARIA SANTIAGO DA SILVA

**AS FEIRAS DE BASE AGROECOLÓGICA EM RECIFE –
PERNAMBUCO: TROCAS DE SABERES, SABORES E IDEIAS
SUSTENTÁVEIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Mestrado, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 24/02/2016

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Irenilda de Souza Lima (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Prof. Dr. Paulo de Jesus (Membro interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Profa. Dra. Eliane Noya (Membro externa)
Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)

Profa. Dra. Francinete Lacerda (Membro externa)
Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)

À alegria da vida, sem a qual nada valeria a pena.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque Ele tem cuidado de cada *sim* e de cada *não* que me são dados no decorrer da minha vida.

Aos meus pais, Ivansia e Sebastião, que me apontaram e me acompanharam, desde sempre, nos primeiros caminhos e também nos momentos custosos.

Ao João Neto, por ser quem é em minha vida, por toda a paciência desprendida e por estar comigo em todos os momentos, e por ser esse companheiro de todos os dias.

A Irenilda de Souza Lima, pela confiança, nos momentos mais difíceis da minha vida, e pelos conselhos e generosidade, ensinando-me que a orientação vai além da Academia.

Em especial, aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Paulo de Jesus, à Profa. Dra. Eliane Noya e à Profa. Dra. Francinete Lacerda.

A todos/as os/as professores/as que passaram por essa experiência acadêmica, em especial à Profa. Dra. Maria Aparecida Tenório, pelo carinho, respeito e preceitos, e à Profa. Dra. Salett Tauk, pelos ensinamentos das teorias. À Universidade Federal Rural de Pernambuco e, em especial, ao POSMEX.

Às amigadas construídas nessa caminhada.

Aos entrevistados/as, que, com atenção e respeito, ofereceram mais do que respostas.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Paulo Freire

“Feliz de quem entende que é preciso mudar muito pra ser sempre o mesmo”.

Dom Hélder Câmara

RESUMO

Nesta dissertação, o objetivo geral foi analisar os espaços de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, cultivados sob a orientação agroecológica, na cidade de Recife – Pernambuco. Nos objetivos específicos, escolhemos caracterizar as feiras, identificando a origem dos produtores/agricultores e a diversidade da produção, bem como investigar a importância da assistência técnica neste projeto, analisar se e como as atividades das feiras promovem o Desenvolvimento Local. A pergunta de pesquisa foi: como as feiras de produtos de base agroecológica têm influenciado a vida de agricultores familiares, no escoamento da produção e na solidificação de suas atividades produtivas? Em termos metodológicos, indicamos que se trata de uma pesquisa qualitativa, enriquecida com dados quantitativos. Para coleta de dados, empregamos a observação direta, a análise documental e as entrevistas com os/as agricultores/as familiares que formam aqueles espaços. Nas bases teóricas, utilizamos autores como: Abromovay; Altieri; Caporal; Furtado; Franco; Graziano da Silva; Jara; De Jesus; Pires e Lima; Wanderley; entre outros que trabalham as temáticas de agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento local, ambientes rurais e urbanos. Os resultados desta pesquisa apontaram que estas feiras promovem o encontro do rural com o urbano e possibilitam a comercialização de produtos, a divulgação das ideias agroecológicas e a promoção do desenvolvimento local. Verificamos a importância do apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural para consolidação de todas as etapas que culminam para a consolidação das práticas agroecológicas.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura familiar. Desenvolvimento local. Feiras agroecológicas.

ABSTRACT

The general objective of this dissertation was to analyze the marketing spaces of products derived from family farming, grown under agro-ecological orientation in Recife-Pernambuco. In relation to specific objectives we chose to characterize the fairs, identifying the origin of the producers or farmers and the diversity of production as well to investigate the importance of technical assistance in this project to examine whether and how the activities of fairs promote local development. The research question was: how fair agro-ecological commodities have influenced the lives of family farmers in the flow of production and solidifying their productive activities? In terms of methodology we indicate that it is a qualitative research, enriched with quantitative data. For data collection we used direct observation, document analysis and interviews with family farmers that make up those spaces. We used the following authors as theoretical bases: Abromovay; Altieri; Caporal; Furtado; Franco; Graziano da Silva; Jara; De Jesus; Pires and Lima; Wanderley, among others who use the themes of family farming, agro-ecology, local development, rural and urban settings. These results indicated that these fairs promote the meeting of rural to urban and enable the marketing of products, dissemination of agro-ecological ideas and promoting local development. We realize the importance of support from the Technical Assistance and Rural Extension for consolidation of all the steps which lead to the consolidation of agro-ecological practices.

Keywords: Agro-ecology. Family agriculture. Local development. Agro-ecological fairs.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agric. – Agricultor

AMA-Gravatá – Associação dos Amigos do Meio Ambiente

APORG – Associação dos Profissionais da Agricultura Orgânica

ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CEPMMA – Centro de Pesquisa de Manejo e Meio Ambiente

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CSURB – Companhia de Serviços Urbanos do Recife

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

F. Agro – Feira Agroecológica

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITEP – Instituto de Tecnologia de Pernambuco

LAFEPE – Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONGs – Organizações Não Governamentais

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

PE - Pernambuco

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

POSMEEX – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Feiras agroecológicas pesquisadas.....	14
Tabela 2: Feiras agroecológicas que recebem Assistência Técnica.....	54
Tabela 3: Frutos e frutas comercializadas nas feiras agroecológicas	54
Tabela 4: Verduras comercializadas nas feiras agroecológicas	55
Tabela 5: Legumes comercializados nas feiras agroecológicas.....	56
Tabela 6: Tubérculos comercializados nas feiras agroecológicas.....	57
Tabela 7: Leguminosas comercializadas nas feiras agroecológicas	57
Tabela 8: Produtos beneficiados comercializados nas feiras agroecológicas	58
Tabela 9: Produtos de origem animal comercializados nas feiras agroecológicas ...	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PERCURSO METODOLÓGICO	21
CAPÍTULO I - UM LACÔNICO OLHAR SOBRE RURAL E O URBANO	25
CAPÍTULO II - UM LEVE VISLUMBRAR SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR	32
2.1 Um retrato do Campesinato	36
2.2 A Multifuncionalidade da agricultura familiar	38
CAPÍTULO III - UM BREVE OLHAR SOBRE A AGROECOLOGIA	40
3.1 Extensão rural no apoio às práticas agroecológicas	44
CAPÍTULO IV - OS “DESDOBRAMENTOS” DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	46
CAPÍTULO V - DESVENDANDO AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS: LEITURAS E IMAGENS DE UMA PERSPECTIVA SUSTENTÁVEL	52
5.1 A vestição das feiras agroecológicas	54
5.2 A fartura comercializada nas feiras agroecológicas	55
5.3 Um balaio precioso: dados elencados sobre os agricultores familiares.....	61
5.3.1 Idade dos agricultores familiares:	61
5.3.2 Nível de escolaridade:	61
5.3.3 Formas de Posse da terra:	62
5.3.4 O tempo de plantio agroecológico:	62
5.3.5 Assistência técnica:	62
5.3.6 Renda:	63
5.3.7 Transporte:	63
5.4 Uma barraca farta: considerações sobre as feiras agroecológicas	63
5.5 A conquista econômica na vida dos agricultores familiares.....	65
5.6 Uma visão de confiança e social das feiras agroecológicas.....	68
5.7 Preservação do meio ambiente.....	69
5.8 Educação nas relações sociais	71
5.9 Desenvolvimento local nas feiras agroecológicas	73
CONCLUSÃO	76

REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICES	87
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas para os/as agricultores/as	88
APÊNDICE B - Feira Agroecológica Beira Rio	90
APÊNDICE C - Feira Agroecológica Igreja do Espinheiro	91
APÊNDICE D - Feira Agroecológica ITEP.....	92
APÊNDICE E - Feira Agroecológica Praça Fleming	93
APÊNDICE F - Feira Agroecológica Praça LAFEPE	94
APÊNDICE G - Feira Agroecológica Secretaria de Educação de Pernambuco.....	95
APÊNDICE H - Feira Agroecológica Sítio da Trindade.....	96
APÊNDICE I - Feira Agroecológica TRT	97
APÊNDICE J - Feira Agroecológica UFPE.....	98
APÊNDICE L - Feira Agroecológica Praça de Casa Forte	99
ANEXOS.....	100
ANEXO I - Relação das Feiras Agroecológicas da cidade do Recife	101
ANEXO II - Mapa da cidade do Recife com as Feiras Agroecológicas.....	103

INTRODUÇÃO

Existe uma concordância mundial de que vivemos uma grande crise relacionada às questões ambientais, e os resultados deste momento são funestos. A crise está relacionada a um modelo de desenvolvimento, que tem como ênfase os aspectos econômicos em detrimento de outros valores necessários à construção de uma sociedade mais democrática e justa.

O atual modelo de desenvolvimento hegemônico tem características excludentes, devido ao fato de que a principal característica deste tipo de desenvolvimento é o consumismo associado ao livre mercado, à propriedade privada e ao lucro desenfreado. E nesse caminho, a natureza reclama e o sinal disso são as catástrofes oriundas da devastação do meio ambiente.

Sobre desenvolvimento, Celso Furtado (2000) indica que o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, com referência à história contemporânea, em dois sentidos:

O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. [...] O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 2000, p.210).

Sobre este modo de pensar o desenvolvimento, Furtado (1996) aponta que o estilo de vida do sistema capitalista industrial consumista sempre será de privilégio de poucos e à custa da depredação do mundo físico em que todos nós vivemos.

As ações, de governos e de sociedades em geral, no sentido de estagnar com a depredação e a destruição do planeta, parecem ainda ser insuficientes, mas, em todo caso, são ações bem-vindas. Neste aspecto, existe um consenso sobre o sério problema ambiental e os perigos e fragilidades que a sociedade é exposta diante do modelo estabelecido. Também há, neste momento, uma chamada geral às práticas e atitudes mais sustentáveis.

Neste sentido, e por conta da necessidade de ser mais sustentável, segmentos da sociedade começam a reconhecer nos produtos e serviços com o selo agroecológico, ou a intenção de ser sustentável, ecológico, orgânico, como algo de muito valor. Neste caso, essas designações agregam valor aos serviços e

produtos, e principalmente aos alimentos limpos de agrotóxicos. E um dos setores produtivos que tem sido chamado a atender ao apelo de produção, sob a orientação agroecológica, é o segmento dos agricultores familiares.

Os produtos de base agroecológica estão sendo bem prestigiados pelos consumidores ávidos por produtos considerados limpos. A procura e o consumo dos produtos agroecológicos e das práticas agrícolas sob a orientação agroecológica vêm paulatinamente aumentando nos últimos anos. E, segundo Silva e Câmara (2005), as questões de saúde e de preservação ecológica têm surtido impacto, e influenciado nas decisões dos consumidores que optam por produtos de origem agroecológica, ficando evidentes as oportunidades aos produtores de alimentos de base agroecológica, em expor e vender seus produtos a essa demanda.

No ano de 2004, em todo o mundo, as vendas de produtos de base agroecológica foram calculadas em US\$ bilhões ao ano, dos quais apenas US\$ 100 milhões correspondiam à produção brasileira destes produtos, ou seja, menos de 0,4% (BRASIL, 2007). Mesmo os produtos de base agroecológica representando um pequeno percentual no mercado mundial de alimentação, o aumento pela procura dessas mercadorias e a crescente disponibilidade nos supermercados e feiras fazem deles o segmento de mais rápido crescimento na produção de alimentos, com uma taxa estimada em 20% anual, capitaneados pelos mercados da América Latina (BRASIL, 2007). Assim, percebemos o aumento da procura por produtos originados de uma agricultura mais sustentável. E sustentável de tal modo que não danifique o meio ambiente e que não provoque danos à saúde.

Conforme Pimenta (2008), o mercado nacional e internacional de base agroecológica mostrou expressivo crescimento nos anos entre 1998 e 2008. E, ratificando esse pensamento, os dados do Planeta Orgânico (2010) mostram que esse mercado tem apresentado crescimento de 30% ao ano, sendo razoável dizer que é um dos mercados que mais cresce na atualidade. Ainda segundo Pimenta (2008), o mercado nacional e internacional de produtos de base agroecológica tem crescido, e tal fato justifica o incremento nas áreas de cultivo brasileiro dedicadas ao sistema de produção de base agroecológica.

Enfim, em se tratando de alimentos, parte da sociedade está à procura de produtos mais naturais, mais limpos e originados de uma agricultura mais sustentável, que não danifique o meio ambiente e que não provoque danos à saúde.

E por parte dos produtores, eles precisam dos consumidores para o fortalecimento da agricultura familiar.

Nesse cenário, encontramos um mercado brasileiro que, em relação aos produtos de base agroecológica, apresenta-se com um grande aumento da oferta e da procura destes produtos, originando boas oportunidades para os agricultores familiares, para a comercialização e para o próprio consumidor, que tem em suas mãos mais alternativas em relação à compra de alimentos mais saudáveis.

Uma grande parte do segmento da agricultura familiar que produz agroecologicamente está sendo, mesmo que ainda de forma insuficiente, assistida por programas de extensão rural. Observa-se que algumas políticas públicas estão direcionadas ao incremento da extensão rural, mas, enquanto projeto de educação, não forma para orientação da produção a partir dos princípios agroecológicos. Este tipo de apoio pode contribuir para a promoção da segurança alimentar, ambiental e social. Neste caso, mais do que vender um produto alimentar limpo de agrotóxico, o agricultor familiar compartilha uma grande ideia que tem relação com a manutenção da vida no planeta.

Portanto, é aceitável o anúncio de que, em países em desenvolvimento, como o Brasil, o desafio da produção de alimentos em sistemas agroecológicos sugere o debate e a reivindicação de mais políticas públicas, de transformação social, cultural e ambiental para este setor produtivo. Porque, como verificamos, o incentivo à agricultura de base agroecológica só aconteceu há alguns anos.

A corrente da agricultura agroecológica no Brasil só começou a se concretizar nessa última década, após a publicação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que regulamenta a produção orgânica. Segundo Caporal (2015):

Quando se fala de agroecologia, está se tratando de uma orientação científica cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção agrícola ou pecuária, pois esta ciência nos leva a incorporar dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL, 2015, p. 311).

Porém, por mais que o incentivo de métodos de base agroecológica seja importante para a constituição do desenvolvimento rural sustentável, ainda existe baixa adesão, uma vez que apenas 1,8% dos estabelecimentos rurais no Brasil (IBGE, 2006) utilizam os princípios agroecológicos na produção. Neste caso, o apoio de uma Assistência Técnica e Extensão Rural, para orientação dessa produção

agroecológica, seria uma importante forma de incentivar a expansão deste setor de produção tão importante.

Portanto, o desafio deve ser o de valorização e ampliação das formas de produção sob a orientação agroecológica no Brasil. E, para isso, é necessário conhecer e identificar os fatores que servem de obstáculos ao segmento agrícola que produz com a preocupação da sustentabilidade. É muito importante que as características e as dificuldades daqueles que atualmente empreendem a agricultura de base agroecológica sejam compreendidas e apoiadas pelas políticas públicas.

Os estudos sobre agricultura familiar têm evidenciado a importância deste segmento e as peculiaridades da forma de organização para a produção, em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas, e que, pela característica natural de diversidade de alimentos, estes podem resultar em produtos agroecológicos ou próximos disso. A importância destes produtos e serviços, oriundos da agricultura familiar nos incita a pensar e questionar sobre as dificuldades de produzirem sob a orientação agroecológica. Questionamos ainda se existem entraves nessa produção e no seu escoamento, uma vez que é tão almejada pela sociedade que demanda a aquisição de produtos considerados limpos. O interesse de compreendermos quais os problemas, existentes no âmbito dos processos produtivos facilitaria a busca de soluções, e, uma vez resolvidos, poderiam trazer uma maior expansão da produção e comercialização destes produtos.

A promoção da agricultora de base agroecológica está sendo debatida como um novo enfoque científico e envolve muitos outros elementos além do aspecto de produção, de forma a proporcionar uma transformação no meio rural, e que essas mudanças devem ser refletidas nas ações da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com orientação de produção na linha agroecológica. No momento em que os agricultores aderirem ao sistema de produção agroecológico, certamente isso poderá contribuir para a promoção da segurança alimentar, ambiental, cultural, econômica e social. E mais do que vender um produto, o agricultor familiar produz produtos, defende uma ideia de que outro modelo de desenvolvimento é possível.

Um marco importante para o apoio ao segmento da agricultura familiar tem como referência o ano de 2003, onde, nesse período, foi construída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), sendo estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A política apresenta informações

sobre a sustentabilidade e tem tamanha importância, por ser a primeira política pública que aborda a agroecologia como apoio para a construção de vias para o desenvolvimento rural. Assim, segundo Caporal (2015):

De acordo com a Pnater, a extensão rural deve contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Ao mesmo tempo, Pnater sugere que se melhorem os processos de gestão social. Estabelecer ainda que a nova. Ater é um processo educativo, permanente e uma pedagogia construtiva (CAPORAL, 2015, p. 203-204).

Ressaltamos que, para que ocorra o crescimento da produção e da oferta de produtos originados de práticas agroecológicas, é pertinente que identifiquemos meios de transpor entraves já apontados por especialistas do assunto. E estes obstáculos estariam no âmbito da escassez do apoio técnico, da falta do incentivo à comercialização, da dificuldade do acesso ao crédito para a produção, das dificuldades na logística para a comercialização, na divulgação e na criação e execução de políticas públicas.

Um dos elementos a realçar é a necessidade de ampliação de novos canais de comercialização, onde acreditamos que o incentivo da comercialização nas feiras agroecológicas pode refletir automaticamente na expansão das formas de produção da agricultura. Nesse caso, estimulando a conversão de áreas agrícolas com manejo convencional para o de manejo de base sustentável, devido à demanda gerada por indivíduos da sociedade, conscientes da qualidade dos produtos de base agroecológica.

Entende-se que a conversão de propriedades de manejo convencional para o manejo de base agroecológica é uma das alternativas da agroecologia para a redução dos problemas ambientais, sociais e econômicos.

Observamos que, com o aumento da consciência ambiental, há um aumento da procura por mercados onde se comercialize produtos mais saudáveis. Em Pernambuco, e em especial na região metropolitana do Recife, existe uma expansão destas feiras consideradas agroecológicas ou conhecidas como feiras de produtos orgânicos. Consideramos, também, que seja importante e necessário que surjam mais estudos sobre a expansão destes mercados. Também, para que possamos compreender melhor quem são esses agricultores e suas formas de organização

para a composição destas feiras. Também nos desafia saber as dificuldades na produção destes produtos e sua comercialização.

Neste sentido, é importante conhecer mais sobre esses espaços, sua localização e características de comercialização. Assim, analisaremos os espaços de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, produzidos sob a orientação agroecológica, na perspectiva do desenvolvimento local, na cidade de Recife-PE. Este tema insere-se nos estudos sobre Rural e Urbano, Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Local. Esta proposta também traz ao cerne do debate a discussão sobre a assessoria técnica como interlocutora do processo de organização dos agricultores, para a produção, gestão e comercialização dos produtos.

À luz destas considerações, outro elemento importante que aparece e que parece instigante é identificar como o rural e o urbano está relacionado nas feiras e na promoção da produção e comercialização de produtos, advindos da agricultura familiar. Consideramos que a pesquisa, a investigação sobre a possibilidade de encontrar subsídios que se reporte a tal questionamento é pertinente e oportuno.

Pode-se, pois, afirmar que este problema de pesquisa tem desdobramentos analíticos que permitirão, por exemplo, a análise de se e como os agricultores familiares têm acesso à assistência técnica, e de que forma essa assistência técnica traz influência na inserção e na difusão de ideias de práticas sustentáveis. Por outro lado, pode-se também avaliar como os agricultores familiares, através da comercialização desses produtos de base agroecológica, promovem o desenvolvimento local.

Justificamos o estudo dessa pesquisa, pois ela se associa aos interesses de investigação relacionados à linha de pesquisa Extensão Rural para o Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Desta forma, esta pesquisa considerou outras já realizadas no âmbito do programa, como foi o caso da dissertação de Carneiro (2007), que versou sobre *Agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento local e participação da mulher: um estudo junto ao espaço agroecológico no bairro das Graças no Recife*; e Monteiro Filha (2008), que pesquisou sobre o *AMA-Gravatá: uma estratégia de*

associativismo, de agroecologia, educação ambiental e desenvolvimento local – Pernambuco – Brasil.

A partir do atendimento aos objetivos propostos, acreditamos que os resultados podem fornecer subsídios e contribuições concernentes ao campo da agricultura de base agroecológica, como também atualização do tema quando procuramos conhecer esses espaços de compra e venda, sobretudo de difusão de ideias agroecológicas relacionadas a um modelo de desenvolvimento sustentável.

Além disso, acredita-se que esses resultados possam colaborar para a realização de outros estudos, traçando comparativos com pesquisas realizadas em outras cidades, ou mesmo para a elaboração de trabalhos a serem realizados futuramente no mesmo universo pesquisado, bem como para as discussões sobre a criação de mais políticas públicas de incentivo à agricultura familiar de base agroecológica.

OBJETIVOS:

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os espaços de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, na cidade de Recife - Pernambuco, produzidos sob a orientação de base agroecológica, na perspectiva do desenvolvimento local. Os objetivos específicos são: caracterizar as feiras de comercialização de produtos produzidos sob a orientação agroecológica, identificar a origem dos produtores/agricultores e a diversidade da produção, identificar se e como os produtores/agricultores recebem assistência técnica, analisar se e como as atividades produtivas sob a orientação agroecológica promovem o Desenvolvimento Local. E como pergunta de pesquisa: como as feiras de produtos de base agroecológica têm influenciado a vida de agricultores familiares, no escoamento da produção e na solidificação de suas atividades produtivas?

PERCURSO METODOLÓGICO

No conjunto dos objetivos e da pergunta de pesquisa, entendemos que este trabalho seja de natureza qualitativa, visto que buscamos conhecer, de forma aprofundada e particular, a realidade das feiras agroecológicas de Recife-Pernambuco. A pesquisa qualitativa se torna satisfatória para esse estudo porque, como defende Chizzotti (1998):

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam suas ações (CHIZZOTTI, 1998, p. 79).

No entanto, alguns dados serão quantificados e mostrados mais adiante. E entendemos pesquisa quantitativa à luz de Laville e Dionne (1999):

O recurso ao número para extrair o sentido de uma mensagem não é desprovido de sentido! Desde que não se lance nisso não importa como, enumerando tudo o que se apresenta, desde que não se espere mais do que o número pode dar (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 224).

Nessa abordagem quantitativa, após reunirmos os elementos tirados das entrevistas, construiremos distribuições das categorias a serem mostradas numericamente.

Também, faremos uso de técnicas combinadas, como: observação direta, análise documental e entrevistas semiestruturadas com roteiro de entrevistas, e tais procedimentos serão utilizados para o atendimento dos objetivos propostos. Em relação à utilização da entrevista como procedimento de pesquisa, nós a utilizamos, segundo a abordagem de Szymanski (2004), onde:

A entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado (SZYMANSKI, 2004, p. 12).

Assim, entendemos que a entrevista é um encontro promovido pelo/a pesquisador/a, onde são produzidos discursos pelos indivíduos envolvidos, que terão importância e contribuirão para a resposta do problema de pesquisa. Já a observação direta será utilizada no momento em que fizermos as visitas aos locais escolhidos para a pesquisa. Como afirma Yin (2005), que:

Partindo-se do princípio de que os fenômenos de interesse não são puramente de caráter histórico, encontrar-se-ão disponíveis para observação alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes (YIN, 2005, p. 119-120).

Faz parte dos nossos objetivos identificar a cidade de origem, os tipos de produtos produzidos, o gênero e a idade, se estas atividades geram renda e como os agricultores familiares compreendem os fatores adquiridos em termos de saúde, caracterizando os itens pertinentes aos conceitos de desenvolvimento local, como: valorização do endógeno, organização, parcerias e aumento de renda.

Na cidade do Recife existia um total de vinte e seis feiras agroecológicas. Estas feiras abrangiam uma área de dezoito bairros: Dois Irmãos, Casa Forte, Derby, Rosarinho, Várzea, Areias, Jaqueira, Casa Amarela, Espinheiro, Torre, Graças, Boa Viagem, Casa Forte, Bairro do Recife, Cidade Universitária, Engenho do Meio, Bongi e Pina.

Após saída a campo observamos que a feira agroecológica do Museu do Homem do Nordeste situada no bairro de Casa Forte e a feira agroecológica da SUDENE situada no bairro do Engenho do Meio, não mais existiam. Então escolhemos doze das vinte e quatro feiras agroecológicas restantes, realizamos o mapeamento geral e as localizamos nos seguintes bairros e setores da cidade: Feira agroecológica do Sítio da Trindade; Colégio Apoio; Instituto de Tecnologia de Pernambuco; Universidade Federal de Pernambuco; Secretaria de Educação de Pernambuco; Tribunal Regional do Trabalho; Igreja do Espinheiro; Beira Rio; Prefeitura da Cidade do Recife; Praça do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes; Praça Fleming e Praça de Casa Forte. Essas feiras abrangem área de dez bairros, Dois Irmãos, Casa Forte, Várzea, Jaqueira, Casa Amarela, Espinheiro, Graças, Casa Forte, Bairro do Recife e Cidade Universitária.

No limite da amostragem alcançamos cinquenta por cento da quantidade de feiras identificadas, justificando também que as respostas das coletas de dados em

muitos casos se repetiam, no universo pesquisado de 12 feiras. E realizamos as visitas nas feiras agroecológicas no horário das 5h30 às 7h e das 11h às 12h, para uma melhor observação das feiras.

E assim, observaremos se as feiras de base agroecológica vêm contribuindo para um processo de utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e o meio ambiente do local. Saber mais sobre as feiras de base agroecológica, sua expansão e seus sujeitos sociais envolvidos é nossa intenção geral.

Para atender aos objetivos desta pesquisa, ela se encontra estruturada em quatro capítulos, que distribuímos da seguinte forma:

Capítulo I – Rural e o Urbano: a relação do campo com a cidade, ao considerarmos que o estudo das feiras nos oferece essa configuração. Os principais autores citados neste capítulo são: Nazaré Wanderley (1997, 2000, 2002), Maria José Carneiro (1998), Graziano da Silva (1996, 1997, 1999), Ricardo Abromovay (2003 e 2014), José Eli da Veiga (2004) e outros.

Capítulo II - Agricultura Familiar: discutiremos os principais conceitos e análise sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar e o campesinato. Para tanto, usamos os conceitos de: Nazaré Wanderley (1997, 2000, 2001, 2002), Delma Pessanha Neves (2012), Renato Maluff, Ademir Gazela e Philippe Bonnal (2009).

Capítulo III - Extensão Rural e Agroecologia: utilizamos tais conceitos por acreditarmos que sejam temas interligados e que têm como objetivo os cuidados com o meio ambiente, com os problemas sociais e com os seres humanos, onde essas ciências tentam promover uma sustentabilidade ambiental e melhores condições de vida. Para isso, nos embasamos nas teorias de: Francisco Roberto Caporal (2004, 2014 e 2015), Miguel Altieri (2002) e Irenilda Lima (2012).

Capítulo IV - Desenvolvimento Local: abordaremos o processo de transformação promovido pelas feiras, através das formas de produção e comercialização de produtos e serviços, de modo a desenvolver melhores condições de vida à sociedade, a partir da promoção das potencialidades locais. Vista disso utilizamos os seguintes autores: Paulo de Jesus (2003), Celso Furtado (1961), Augusto de Franco (2000), Carlos Julio Jara (2001).

No Capítulo V - Análise dos dados: apresentamos as análises e discussões dos dados colhidos, em consonância com o problema da pesquisa e com o objetivo

geral e específicos. Ainda há algumas reflexões sobre as feiras agroecológicas, os consumidores, os agricultores e os produtos comercializados.

E na conclusão, encontramos as considerações finais sobre a pesquisa, onde identificamos fatores que auxiliaram ou dificultaram o desenvolvimento para a resposta dos objetivos desse trabalho.

CAPÍTULO I - UM LACÔNICO OLHAR SOBRE RURAL E O URBANO

Durante muito tempo houve um entendimento em considerar que o rural constituía um espaço em crise, essencialmente agrícola, e que deveria passar por transformações para superar a condição de atraso. Em se tratando do rural do Nordeste brasileiro, em 1963, Manoel Correia de Andrade escreveu a primeira edição de *A Terra e o Homem do Nordeste*, e neste livro e para aquela época o autor indicava que o Nordeste é muito discutido e pouco ainda conhecido no Brasil. Eis, pois, o que ele afirma:

[...] nem os seus limites naturais, nem a sua extensão são razoavelmente estabelecidos. Isto porque a natureza não dá pulos, não sofre, salvo excepcionais, mutações bruscas nas suas paisagens. Assim, o Nordeste, como o Brasil, tem sido pouco estudado e pouco pesquisado por especialistas em ciências naturais e sociais que o tenham realmente perlustrado, observando, tocando ideias com os seus habitantes, aplicando inquéritos pacientemente, enfim, procurando analisar e conhecer as características e os problemas regionais (CORREIA, 2005).

A principal sinalização do que Correia indica é a necessidade constante de atualização do conhecimento sobre o contexto rural, sendo este o elemento a permear o objeto de pesquisa. As ideias de desconhecimento do ano de 1963 não ficaram somente no passado. E, mesmo atualmente, ainda persistem ideias sobre o rural que não condizem com a realidade.

Já Graziano (1996) mostra-nos que o rural passa a ser coligado ao arcaico, ou seja, à antiga ordem social vigente, e o urbano passa a ser coligado ao novo, ao desenvolvimento capitalista das fábricas. A dicotomia entre rural e urbano buscava realizar e colaborar para o advento do capitalismo industrial, ou que a ele se opunham na Europa do século XVII, e não a um corte geográfico propriamente dito.

No entanto, o rural brasileiro vem passando por significativas dinâmicas de transformações e um dos aspectos a observar são as modificações nas atividades que produzem rendimentos e que estão no âmbito das questões econômicas. Transformações essas que perpassam por novas atividades, e consideráveis alterações continuam ocorrendo no campo, principalmente como assinala Graziano:

Parece não haver mais dúvidas de que as transformações nos campos político, econômico e social ocorridas neste final de século apontam para uma nova sociedade em gestação (GRAZIANO, 1997, p. 2).

A sociedade vem passando por um momento de transformação, por exemplo, com o aumento de ocupações não agrícolas. Também neste cenário aparece o reconhecimento dos benefícios da multifuncionalidade. E sobre a multifuncionalidade podemos dizer, segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009), que este aspecto é fundamental para a agricultura familiar no Brasil e no mundo. É fundamental quando se pensa em desenvolvimento local sustentável. A multifuncionalidade da produção familiar é sua principal característica, porque é deste segmento que, em muitas regiões brasileiras, vem outras virtudes além daquela de produzir alimento. A agricultura familiar precisa ser fortalecida pela capacidade que esta atividade tem de promover emprego, renda, preservação do meio ambiente, cultura, identidade local e justiça social no campo.

Essa transformação do espaço rural não vem apenas da utilização pelas indústrias, mas também através da preservação da natureza, do turismo e da moradia. E, corroborando com esse pensamento dito anteriormente, Graziano diz que:

Hoje, as dimensões do estilo e qualidade de vida ganharam importância dentro do status profissional e as inovações nos setores das comunicações e transportes tornaram possível a globalização e mudaram completamente as noções relativas criadas pelas distâncias físicas até então conhecidas entre rural e urbano (GRAZIANO, 1997, p. 2)

A relação do rural com o urbano é complexa. Em Graziano (1997) encontramos a argumentação de que os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos avulsos um do outro, em razão de serem realidades que não existiriam separadamente. Tais ambientes se concatenam e se conectam, levando estudiosos a formular abordagens que considerem os díspares níveis de nexos ou distanciamento.

Para Bertrand (1973), as definições do que é rural e urbano, de uma forma geral, são associadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. Na primeira, a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade. Na segunda, ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana.

Mesmo indicando aproximações do mundo rural com o mundo urbano, aponta Manoel Correia (2005) que a problemática da vida do campo é bem diferente da vida

urbana. Justificando esta afirmativa, ele observou a existência de relações sociais peculiares e também relações de trabalho bastante diversificadas.

O meio rural não se caracteriza apenas pela atividade agrícola uma vez que é significativa a diminuição de indivíduos ocupados com a agricultura, dado que se agrega ao acréscimo do número de pessoas habitantes do campo, intrincadas com atividades não agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que buscam combinar a agricultura com outras fontes de rendimento, normalmente não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária.

No entanto, lembramos que, para Carneiro (1998), as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais, etc.) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seus sistemas sociais e culturais.

Ao mesmo tempo em que se desenvolve essa reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, cresce a procura por formas de incremento da renda. Ainda em Carneiro (1998), vem a ideia de que entre os efeitos desse fenômeno, que surge na década de 1970 e se expande com a divulgação do pensamento ecológico na década de 1990, está a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada de maneira praticamente exclusiva à agricultura.

Dessa maneira, em meio às novas opções de atuação no meio rural, as atividades de comercialização desses produtos – com destaque para as feiras de base agroecológica - surgem como grande promessa de geração de acréscimo de renda para a mão de obra local, com potencial para envolver homens, mulheres e jovens, e, quem sabe, assim diminuir o êxodo rural dos jovens e estimular uma série de atividades produtivas, agrícolas e não agrícolas inerentes ao contexto rural.

Além disso, ratificamos essa ideia, através de Wanderley (2002), quando a autora explicita que na atividade de agricultura familiar, a família é dona da unidade produtiva e dos meios de produção existentes, e responsável pelo trabalho desenvolvido nela. Portanto, a autora considera a característica familiar como uma questão “superficial” e “descritiva”, tendo em vista que a organização produtiva “família-produção-trabalho” provoca interferências sobre as maneiras como a agricultura familiar atua “economicamente e socialmente”.

Ao se mostrar como uma alternativa adicional de geração de ocupações e de rendas não agrícolas, as feiras de base agroecológica passam a ser um importante

aliado na busca pelo desenvolvimento econômico no meio rural. Essas mudanças econômicas que as feiras de base agroecológica podem desencadear são de grande relevância, porém, bem mais do que isso, a atividade pode promover o desenvolvimento no campo.

Assim, além do rural ser reivindicado como um espaço passível de transformações, em muitos lugares também passa a ser encarado como uma forma de vida ou um modelo alternativo de sociedade, evocando, por vezes, uma noção particular de desenvolvimento, inspirador de um projeto coletivo, que acredita, deste modo, poder reagir ou enfrentar os problemas sociais e econômicos do mundo contemporâneo.

Para Graziano (1996), as formas de lazer associadas ao meio rural e até mesmo a meios alternativos de vida no campo, buscado por pessoas vindas da cidade, evidenciam o novo momento vivido pelo meio rural. E assim inicia-se um movimento onde ocorre a procura por moradia no campo pelos indivíduos que tinham moradia na cidade. Mesmo que de forma tímida no Brasil, na década de 70, expande-se e encontra-se legitimidade na divulgação do pensamento ecológico.

Entre os seus efeitos, destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos. Perante isso, o chamado novo rural brasileiro mostra-se com fundamental destaque para as diferentes relações existentes entre os espaços urbano e rural, no momento em que estes se tornam cada vez mais longínquos de representar, de forma adequada, a realidade.

A concepção das mudanças que aconteceram e estão acontecendo no rural brasileiro passa, basicamente, pelo esboço do processo histórico de composição do rural enquanto lugar de produção e reprodução social de sua população.

O rural, além de espaço produtivo, é lugar de vida, de interação social, qualidade muitas vezes posta em segundo plano quando da sua análise. Diante dessa situação, autores como Veiga (2004), Abramovay (2000) e Wanderley (1997) têm questionado se a normativa brasileira vigente, baseada no Decreto-Lei 311, de 1938, que data do Estado Novo, demonstra corretamente o que é de fato urbano e o que é de fato rural no Brasil. De acordo com Veiga (2004, p. 57), “esta aberração coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial”, uma vez que o decreto considera urbana toda sede de município (cidade)

ou de um distrito (vila), e como rural a área e a população que estiver localizada fora desse espaço físico delimitado, não expressando o real e efetivamente o processo que tem transcorrido no campo e nas cidades, no rural e no urbano ao longo das últimas décadas e sem levar em conta suas características estruturais e funcionais.

Para Wanderley (2002), talvez a saída para os problemas achados nos grandes núcleos populacionais seja o novo rural, que se apresenta como uma alternativa de emprego e renda para um número de indivíduos que padecem com o desemprego urbano, e até mesmo para aqueles labutadores inseridos no mercado urbano formal, que se encontram pouco satisfeitos a bancarem os elevados custos de moradia e transporte presentes nas grandes cidades.

O meio rural seria então um espaço diferenciado, não sendo mais apenas um lugar de produção agropecuária, mas um meio capaz de proporcionar aos cidadãos urbanos padrões de residência bastante específicos, além de ser espaço para formas de lazer ligadas ao contato com a natureza (Wanderley, 2002). Muito desse processo acontece devido à diminuição das extensões e pelo alargamento dos meios de comunicação de massa e da rede de transportes públicos, o que oferece maior fluidez e cria alternativas de locomoção.

A complexidade de se estudar o meio rural brasileiro passa pela compreensão da diversidade e das particularidades que permeiam a constituição dos sistemas produtivos pelo seu vasto território. O mundo rural foi, e vem sendo, palco de mudanças significativas, como, aliás, é natural no processo de evolução das sociedades. Para Graziano (1996; 1997 e 1999), crescem as ocupações associadas a uma nova dinâmica no meio rural derivada da presença crescente dos setores secundário e terciário, em atividades do tipo urbanas, mas localizadas dentro de áreas rurais, e temos como exemplo ocupações ligadas ao lazer, ao turismo e mesmo à terceirização de parte das atividades do processo produtivo da agropecuária.

Para Veiga (2004), perceber o rural moderno demanda essencialmente que se observe a sua diversidade, uma vez que a visão simplória do rural como agrícola está ficando defasada, pelo menos como campo de análise, uma vez que inovações vão sendo firmadas e agrupadas nas estratégias de reprodução de muitas das famílias que residem no meio rural.

Roque e Vivian (1998) reforçam o conceito de transformação de paradigmas para a sociedade rural brasileira e, ao avaliar a problemática, constata a

necessidade de concretizar transformações profundas nas formas de sobrevivência até então existentes e, para isso, sugerem inovações a fim de que seja empoderado um modo de vida honrado e digno para o homem no campo.

E, para tanto, indicam um novo equacionamento da paisagem rural e seus valores agregados, o que poderia ser adquirido com o incentivo às atividades turísticas, de lazer, produtos saudáveis e artesanato no meio rural. As atividades não agrícolas, que compõem a pluriatividade de um grupo de famílias que habitam o rural brasileiro, são importantes para a continuação de muitas delas no campo.

Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com aquelas não agrícolas em um determinado contexto social e econômico, sustenta-se que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que as compõem. Schneider (2009) nos explica que essa composição familiar pode ser a seguinte:

Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2009 b).

Para Schneider (2009 b), assim como a entendemos, a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura em meio a um contexto sociológico peculiar.

O que vem acontecendo é a revalorização social, demográfica e cultural das regiões interiores. Porque, mais do que priorizar um campo ou outro dentro da agropecuária, é básico que se note o rural como um território que exerce não só papéis de produção de matérias-primas, moradias e alimentos, mas que passa por modificações, provocando inovações e incorporando oportunidades diversificadas para a população ali residente.

Graziano e Campanhola (1999) falam da diversificação das atividades desenvolvidas no meio rural e reforçam que a atividade do planejamento local irá permitir o delineamento de políticas de desenvolvimento rural, dando suporte ao desenvolvimento, com o objetivo de aumentar a renda familiar.

E também, de acordo com Veiga (2004), tornou-se cada vez mais intenso, nos últimos 20 anos, um fenômeno novo nas sociedades mais adiantadas, que fala

do encanto que os meios rurais desempenham e que procede do grande aumento da mobilidade com um crescente leque de possibilidades. Segundo o autor, nos últimos tempos, as principais vantagens comparativas voltaram a ser riquezas naturais, mas de outro tipo. São os encantos do contexto rural – beleza paisagística, tranquilidade, silêncio, água limpa, alimentos saudáveis, ar puro, todas ligadas à qualidade do meio ambiente natural.

Para Wanderley (2000), as mudanças atuais do meio rural brasileiro são pontuadas por dois itens importantes. Um deles é o reconhecimento, pela primeira vez na história, da agricultura familiar como um ator social importante, sendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) uma vertente dessa valorização. O outro item está ligado à demanda pela terra e aos assentamentos de reforma agrária. Isso se traduz na revalorização do rural como espaço para trabalhar e para viver. Já para Ferreira (2002):

No Brasil existe uma ruralidade em reconstrução, sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementaridade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades (FERREIRA, 2002, p. 41).

Assim, os agricultores familiares estão apreciando as oportunidades disponíveis nos seus espaços rurais e pondo em exercício as táticas de diversificação de seus estabelecimentos, de multifuncionalidade, de produção, de pluriatividade e comércio em pequena escala.

CAPÍTULO II - UM LEVE VISLUMBRAR SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

Em um passado recente, no Brasil, a conceituação de agricultura familiar passou por constantes modificações. Atualmente, a definição de agricultura familiar tem uma conotação política, pelo fato de ter se consolidado para a viabilização de políticas públicas de grupos mais abrangentes, e, para tanto, este conceito abrange vários segmentos como: agricultores, pescadores, artesãos, quilombolas, povos indígenas, extrativistas, povos das florestas e outros.

Observemos o que indica Pessanha (2012) sobre agricultura familiar, com esta perspectiva de política pública:

O termo agricultura familiar corresponde a múltiplas conotações. Apresenta-se como categoria analítica, segundo significados construídos no campo acadêmico; como categoria de designação politicamente diferenciadora da agricultura patronal e da agricultura camponesa; como termo de mobilização política referenciador da construção de diferenciadas e institucionalizadas adesões a espaços políticos de expressão de interesses legitimados por essa mesma divisão classificatória do setor agropecuário brasileiro (agricultura familiar, agricultura patronal, agricultura camponesa); como termo jurídico que define a amplitude e os limites da afiliação de produtores (agricultores familiares) a serem alcançados pela categorização oficial de usuários reais ou potenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (PESSANHA, 2012, p. 34).

A agricultura familiar no Brasil pode ter seu princípio no período das colônias, momento em que as atividades produtivas tendiam principalmente para a produção de exploração de produtos necessários para o mercado externo.

A agricultura familiar se sobressai como uma prática que colabora significativamente com o desenvolvimento econômico do país, sendo responsável por boa parte da geração de serviço e renda das famílias que residem na zona rural. Para tanto, como nos lembra Altafin (2005), que estes se mantêm em constante evolução, fincados em raízes históricas e à tradicional produção camponesa. Para Junqueira e Lima (2008), neste cenário, percebe-se que, ao longo dos anos, várias foram as transformações vivenciadas pelos agricultores familiares que, de alguma forma, fortalecem a capacidade do agricultor, uma vez que buscam promover a adaptação deste às exigências da sociedade.

E esses agricultores familiares, no momento em que produzem o seu próprio alimento, contribuem para a promoção do sistema alimentar e produtivo, valorizando a produção de alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos de

forma sustentável e ecológica. Colocando aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e das políticas alimentares, acima das exigências do mercado e das empresas.

A discussão sobre segurança alimentar tem tomado importantes ambientes nacionais e internacionais como um tópico emergente. Este tema também está próximo aos problemas relativos às condições de produção de alimentos e consequentemente à agricultura. Este assunto deve ser avaliado a partir das características locais.

Consideramos que predomina no panorama agrícola brasileiro a pequena propriedade, na qual se pratica a agricultura familiar. Ao falar em agricultura familiar no Brasil, tanto o passado quanto o presente, predominam a falta de uma política agrícola adequada, com pouca promoção ao crédito ou ao auxílio conveniente ao seu tipo de atividade. Pelo menos metade dessas pequenas propriedades se encontra em estado ainda precário, pois, segundo Borin (1997), as razões para esse quadro é a falta de uma política agrícola adequada, sem acesso ao crédito, ao auxílio familiar, ou à assistência conveniente ao seu tipo de atividade.

No Brasil, por exemplo, a agricultura familiar tem conquistado espaço nos debates sobre os recursos para a carência de alimentos e desenvolvimento local. Mesmo quando a agricultura familiar ocupa 84% da mão de obra no campo, observamos poucas políticas públicas viáveis para esse setor. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2011), a agricultura familiar se consolidou na última década como maior responsável pela garantia da segurança alimentar do país, principalmente em relação a produtos de consumo no mercado interno.

A agricultura familiar se ampara a partir das seguintes variáveis: terra, trabalho e organização familiar. Para Lamarche (1998), neste tipo de trabalho levamos em consideração suas afinidades com a economia de mercado, e que a noção de dependência/autonomia, pode ser analisada por parâmetros de dependência tecnológica, financeira e de mercado.

A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural é que ela pode atuar como meio para a redução da pobreza no país, como afirma Pires (2003): “o reconhecimento da importância da agricultura familiar na alavancagem do desenvolvimento rural é o primeiro passo para reverter o quadro de pobreza instalado no nosso país”. O desenvolvimento da agricultura familiar estaria, assim,

atrelado a uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas, onde predominam os diálogos e as negociações de sentido e significado, acarretando na participação ampla de todos os segmentos.

Para autores como Abramovay (2000) e Wanderley (2000), os agricultores familiares se norteiam por um pensamento econômico que procura a satisfação das necessidades de consumo do grupo familiar e a otimização dos fatores de produção. Porém, a agricultura familiar tem se mostrado com uma grande aptidão para adaptação às transformações da realidade social e econômica.

No Brasil, apesar da herança latifundiária que vem do século XXI, a agricultura familiar está presente em todas as regiões. Para Oliveira e Carmo (2004):

O quadro atual da agricultura familiar reflete as particularidades dos processos sociais da história da agricultura brasileira como: a dominação social, econômica e política das grandes propriedades; as marcas de modo de produção escravista; a herança de uma colonização que perdurou após a independência e a ocupação especulativa da terra (OLIVEIRA e CARMO, 2004, pg.24).

Já Alves (2000), após uma avaliação institucional dos programas públicos que apresentam proposta de geração de emprego e renda para as populações mais pobres do país, mostra os seguintes resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), por encomenda do Ministério do Trabalho e Emprego:

O Nordeste brasileiro é a região do país que apresenta a maior quantia das instalações agrícolas familiares do país (49,7%), confrontado com as demais regiões. Esses estabelecimentos apreendem também o maior pedaço de área (31,6%). O Nordeste é ainda a região que apresenta a menor área média por estabelecimento na agricultura familiar (17 ha) e a segunda menor na agricultura patronal (269 ha), com valores bastante inferiores às médias do país (26 e 433 ha, respectivamente). Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra (ALVES, 2000).

Enquanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 1996) exibiram as seguintes informações:

- ✓ Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural e quase 40% do valor bruto da produção agropecuária são produzidos por agricultores familiares: 70% do feijão consumido, 84% da mandioca, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho, 40% de aves e ovos;
- ✓ Aproximadamente 85% do total das propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares.

A rede de relações que envolve a agricultura familiar exige que sejam trabalhadas estratégias mais abrangentes de fortalecimento para a agricultura familiar, tanto no papel fundamental na produção de alimentos quanto na geração de empregos, e como importantes componentes que integram uma instituição de desenvolvimento local.

O desenvolvimento dessa atividade produtiva – as feiras -, gerida pelos agricultores familiares, se utiliza dos seguintes princípios: “uso sustentável dos recursos, revitalização das economias locais, qualidade de gestão, integração da população local e sustentabilidade” (CROSBY apud NOVAES, 1999, p. 143).

Assim, as feiras de base agroecológica podem favorecer o fluxo econômico no meio rural, provocando a revitalização econômica e social e, ao mesmo tempo, conservando e melhorando em seu entorno. Porém, não podemos perder de vista que os maiores beneficiados do comércio dos produtos de base agroecológica seria a sociedade, pois, como lembram Silva e Câmara (2005), “a produção agroecológica se destaca como uma atividade que além de contribuir com o desenvolvimento econômico, tem proporcionado o crescimento da agricultura familiar e despertado a visão empreendedora dos agricultores”

Acreditamos que essa nova atividade produtiva dos agricultores familiares, que se realiza através das feiras de base agroecológica, caracteriza-se também como uma atividade do novo rural. E, com isso, adentramos um pouco sobre as ideias de campesinato e nos termos da multifuncionalidade, que era usada pelos técnicos franceses para caracterizar as propriedades que desenvolviam múltiplas atividades produtivas.

2.1 Um retrato do Campesinato

Podemos iniciar, relatando que a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se fundamenta sobre a relação propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem características que a explicitam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que narram os objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. Conforme concepção de Costa e Carvalho (2012), podemos entender campesinato da seguinte maneira:

Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado (COSTA e CARVALHO, 2012, p.115).

A agricultura camponesa tradicional é densamente inserida em uma região, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês vive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que excede os laços familiares e de parentesco. Para Wanderley (2009), a agricultura camponesa não se identifica simplesmente a uma agricultura de subsistência, entendida esta como outra forma particular da agricultura familiar.

Há situações em que, por razões históricas e sociais distintas, agricultores podem estabelecer sua produção, tendendo à sobrevivência imediata, sem vincular suas estratégias produtivas ao projeto do futuro da família. A constituição do patrimônio perde aqui sua força estruturadora. Na definição clássica do termo, estes agricultores não seriam propriamente camponeses. De acordo com Costa (2000):

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000, p. 116).

Neste caso, compreendemos a agricultura camponesa como uma base dada pela unidade de produção regulada pela família. Esse caráter familiar se expressa

nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo no interior da família, e que dirigem uma lógica de gestão específica. Não se trata apenas de dar-se as formas de alcance do consumo, por meio do próprio trabalho, mas da importância da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de auxílio dos seus membros nos afazeres coletivos, tanto dentro quanto fora do estabelecimento familiar.

Podemos falar em campesinato como uma categoria indutiva e histórica, onde é composto por vários produtores, conectado ao jogo de forças sociais do mundo moderno. Se a relação com o mercado é particularidade distinta desses produtores (agricultores e extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no angariado da mão de obra familiar. Para Wanderley (2009):

A heterogeneidade da condição camponesa inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que gozam os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poli produtores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (WANDERLEY, 2009, p. 40).

Assim, podemos perceber que, para a constituição da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, para o mercado, conservadas as singularidades inerentes a cada forma e os mercados locais.

Podemos citar que, na atualidade, correspondem às características essenciais do modelo das sociedades camponesas de Mendras (1978):

- a) a relativa autonomia da comunidade local com relação à sociedade global envolvente;
- b) uma vida social e econômica estruturada pelo grupo doméstico;
- c) a autonomia econômica parcial, associando produção e consumo sem contabilização do trabalho familiar, destinando-se os excedentes ao mercado;
- d) relações de interconhecimento e de proximidade;
- e) papel de mediação de agentes externos com a sociedade envolvente.

2.2 A Multifuncionalidade da agricultura familiar

A multifuncionalidade nos remete a uma noção onde o papel exercido pela agricultura familiar, na economia, não seria unicamente voltado para a produção primária e sim, também para outros setores como: segurança e proteção alimentar e do meio ambiente, formulação de novos empregos, além da administração do território rural. Para Cazella, Bonnal e Maluf (2009), esse conceito de multifuncionalidade é muito claro, como nos mostram:

A noção de multifuncionalidade da agricultura é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009, p. 47).

Essas novas funções atribuídas ao rural e à agricultura, que se ampliam para além da dimensão agropecuária, sofreram uma influência da ideia de desenvolvimento sustentável, onde a discussão da multifuncionalidade encontra-se vinculada ao crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural, que vem a ser a pluriatividade, que, por sua vez, estão ligadas às novas oportunidades de acumulação capitalista a partir da emergência do regime de acumulação flexível, que transforma bens materiais e simbólicos em mercadoria.

A multifuncionalidade representa um novo discurso que busca autenticar-se, na atualidade, à agricultura familiar, e que observaremos se é o que acontece com as feiras de base agroecológica, apoiado em novos conceitos do ponto de vista da regulação das atividades socioeconômicas que afetam os espaços não densamente urbanizados.

A multifuncionalidade tem a ver com a importância de que a agricultura é capaz de produzir externalidades positivas para a sociedade, assumindo, como o nome indica, inúmeros papéis (preservação do patrimônio cultural e paisagístico, conservação dos recursos naturais e mais além da produção agropecuária).

Essas novas funções atribuídas ao rural e à agricultura, que se ampliam para além da dimensão agropecuária, sofreram uma influência da ideia de desenvolvimento sustentável, onde a discussão da multifuncionalidade encontra-se vinculada ao crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural, que vem a ser a pluriatividade, que, por sua vez, estão ligadas às novas oportunidades de acumulação a partir da emergência do regime de acumulação flexível, que

transforma bens materiais e simbólicos em mercadoria. A multifuncionalidade representa um novo discurso, que busca autenticar-se na atualidade, apoiado em novos conceitos do ponto de vista da regulação das atividades socioeconômicas.

Portanto, além da influência da ideia de desenvolvimento sustentável, a discussão da multifuncionalidade encontra-se vinculada ao crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural (pluriatividade), que, por sua vez, estão ligadas às novas oportunidades de acumulação capitalista a partir da emergência do regime de acumulação flexível, que transforma bens materiais e simbólicos em mercadoria. Entre as novas funções do espaço rural, estaria o consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, gastronomia, produtos alimentares) e serviços (ecoturismo, turismo rural, atividades ligadas à preservação ambiental).

CAPÍTULO III - UM BREVE OLHAR SOBRE A AGROECOLOGIA

Nesse capítulo, abordaremos a temática da agroecologia como um eixo orientador, para ações de apoio à agricultura familiar. Sobre agroecologia, compreendemos como sendo um conjunto de ciências que tem como escopo principal cultivar, de modo característico, a atenção ao meio ambiente, com a sustentabilidade ecológica do meio de produção e a demanda da segurança alimentar, porque, a partir da crise ambiental, se tem pensado mais em formas sustentáveis e de produção agrícola sob a orientação agroecológica.

Em Pires e Lima (2012), há referência de que a construção do conhecimento agroecológico vem sendo utilizado pelas organizações e movimentos sociais para trabalhos de apoio à agricultura familiar. Há algum tempo, a sociedade vem buscando formas de agricultura menos agressiva ao meio ambiente, capazes de proteger os recursos naturais e que sejam duráveis no tempo, na tentativa de sair da prática convencional de agricultura, a qual passou a ser hegemônica a partir do aparecimento da química agrícola e da biologia, advindos do início do século XX.

No entanto, o progresso do processo de modernização mostrou para a sociedade dois panoramas distintos, principalmente para a produção da agricultura. Ao mesmo tempo em que trouxe benfeitorias para uns, como os donos do agronegócio, desencadeou para outros, como os agricultores familiares, problemas para reproduzirem e viabilizarem sua produção frente à concorrência com as mercadorias da agricultura tradicional. Tal problemática é perceptível com o aumento do modelo de agricultura convencional, que tem aparecido insustentável, especialmente do ponto de vista socioambiental.

Sendo assim, o que prevalece nesse modelo é o aumento do lucro e da produção, não importando os aspectos sociais dos agricultores familiares - que se veem obrigados a abandonar seus terrenos - nem tampouco a competência dos agroecossistemas naturais. Como nos esclarece Altieri (2004):

Na segunda metade do século XX, vários países latino-americanos engajaram-se na intitulada Revolução Verde, um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de

insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização. Políticas públicas nacionais foram criadas, tendo a pesquisa agrícola e a extensão rural – aliadas geralmente ao crédito agrícola subsidiado – como os principais instrumentos para a concretização dessas políticas (ALTIERI, 2004, p. 19).

O pacote tecnológico, posto a partir da Revolução Verde, gerou um acréscimo no uso dos insumos para controlar as pragas no cultivo do solo, na monocultura, na irrigação, trazendo problemas de saúde, desequilíbrios naturais, devido à extração demasiada dos recursos naturais. Diante desses aspectos, surge para os agricultores familiares a agroecologia como possibilidade de sustentabilidade para o meio rural, por disponibilizar base técnico-científica de estratégias para o desenvolvimento rural sustentável.

Para Caporal (2015), a agroecologia aparece no cenário como possível ciência para melhorar esse quadro de degradação ambiental, uma vez que busca um sistema de produção sustentável, mediante o manejo e a proteção dos recursos naturais sem a utilização de produtos químicos agressivos à saúde humana e ao meio ambiente, mantendo o incremento da fertilidade e a vida dos solos, a diversidade biológica e respeitando os agricultores. Podemos entender melhor esse conceito de agroecologia com Altieri (2004):

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais (ALTIERI, 2004, p. 23).

Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição de estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável.

Conforme Caporal (2004), a Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis.

Há muitos anos a agroecologia vem sendo falada como um referencial teórico para a sustentabilidade da agricultura e como ciência norteadora de suas

intervenções no campo profissional. Agroecologia é uma ciência integradora de distintos conhecimentos.

Portanto, na agroecologia, é importante o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de transformação, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como alvo o acesso de um molde agroquímico de produção a moldes de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

Por isto mesmo, quando se fala em agroecologia, estamos falando de um caminho cujas contribuições vão muito além de aparências meramente tecnológicas ou agronômicas da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

Então, para Caporal (2015), a agroecologia se concretiza como abordagem científica na medida em que este campo de conhecimento se alimenta de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável.

Para Altieri (2002), a ciência da agroecologia pode prover as diretrizes ecológicas para que o desenvolvimento tecnológico seja apontado na direção certa, mas, no processo, as questões tecnológicas devem assumir o seu devido lugar, servindo como uma estratégia do desenvolvimento rural que incorpore os problemas econômicos e sociais.

Nesse sentido, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), de 2003, aponta a agroecologia como marco teórico referencial, e a agricultura familiar como a base social para suas ações. Assim, a Agroecologia propõe a valorização dos saberes das agricultoras e dos agricultores e a sua conexão com conhecimentos científicos para o Desenvolvimento Rural Sustentável (MDA, 2004).

Segundo Altieri (2002), a agroecologia visa geralmente uma abordagem do agrícola que incorpora cuidado específico relativo ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade do sistema de produção.

Através das práticas agroecológicas, objetiva-se a permanência dos agricultores familiares no campo a partir do manejo sustentável dos solos, a conservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes locais, a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a presença do atravessador.

E então vislumbramos, portanto, a possibilidade de que a sociedade possa se beneficiar com a riqueza gerada pelos produtos agrícolas produzidos no país, que, segundo os números captados do último censo agropecuário de 2006, do IBGE, e publicado na construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. (FAO, p. 32) 38% do valor da produção ou R\$ 54,4 bilhões são produzidos pela agricultura familiar.

O começo do século XXI trouxe bons frutos para o mercado de produtos de base agroecológica no nosso país e no mundo. Segundo Vilas Boas (2005), produtos que tenham forte apelo ambiental e que se relacionem a um estilo de vida mais saudável e a preocupação com segurança alimentar diante de grandes problemas relacionados a doenças, até mesmo à morte por contaminação, são fatores determinantes para o crescimento desse setor.

Observando as transformações e com a finalidade de mobilizar o mercado de orgânicos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento formou, no ano de 2005, em âmbito nacional, a campanha anual “Semana dos Alimentos Orgânicos”. O programa procura conscientizar e informar o consumidor dos melhoramentos do consumo dos alimentos orgânicos, entre outros, e, assim, incitar o consumo, de modo que esses consumidores possam estimular outros, difundindo os benefícios, alavancando o consumo dos produtos de base agroecológica e aumentando a demanda e, conseqüentemente, o crescimento desse mercado.

Podemos, então, dizer que uma solução possível para a degradação promovida no mundo, requer um conjunto de ações interligadas. A conversão da forma atual de produção agrícola denominada convencional para a forma de produção denominada Orgânica ou Agroecológica. Segundo Andreoli (2003):

A agricultura orgânica é a que mais se aproxima das funções de produção [...], da preservação do meio ambiente. A agricultura orgânica, denominada ‘Segunda Revolução Verde’, é uma das formas de produção que atendem as premissas para um desenvolvimento sustentável (ANDREOLI, 2003, p.376).

Sachs (2001) sugere que a humanidade passe a pensar numa “segunda revolução verde”, mas que essa vise objetivos totalmente diferentes. Uma revolução que busque a sustentabilidade ecológica dos sistemas produtivos, articulando espaços menos susceptíveis ambientalmente e que associe práticas agrícolas tradicionais aos recursos da ciência moderna, e que, além disso, proporcione um maior equilíbrio socioeconômico entre as sociedades numa esfera planetária. (SACHS, 2001, p. 2).

3.1 Extensão rural no apoio às práticas agroecológicas

A extensão rural pública e gratuita é um mecanismo de implementação de certos componentes da política agrícola, decidida através de instâncias políticas. Assim como o serviço de extensão rural, também a política agrícola não pode ser vista de forma isolada: ela está integrada a várias outras políticas, como as de segurança alimentar, saúde, meio ambiente, comércio exterior, transportes, arrecadação tributária, etc. Para Brose (2004), a extensão deve, antes de tudo, posicionar-se como instrumento de fortalecimento da capacidade de autogestão e inovação permanente das comunidades rurais.

A assistência técnica e a extensão rural têm autoridade basilar no processo de comunicação de novas tecnologias, motivadas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira.

A extensão rural pode ser entendida como uma atividade de assistência às famílias rurais, onde as instituições públicas devem utilizar, de forma consciente e justa, o dinheiro dos contribuintes para oferecer um serviço de qualidade aos agricultores.

Sendo assim, o papel do extensionista seria o de levar, estender ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, que, nesse caso, seria o público rural. Mas também podemos entender extensão rural como um processo educativo de comunicação. Para Freire (1983):

A educação é uma prática, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes. (FREIRE, 1983, p.53).

E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de ATER, organizações não governamentais e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica, uma vez que a extensão rural visa ajudar o produtor rural, a sua família, e as organizações, buscando soluções e melhoramento para a produção, gerenciamento, beneficiamento, armazenamento, comercialização e bem-estar, além da preservação do meio ambiente.

Com a institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), construída em 2003 e estabelecida, convencionalmente, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2004, esta política passa a oferecer informações de importância no palco da sustentabilidade, uma vez que se trata da primeira política pública do governo federal a incluir a temática da agroecologia como apoio para a construção de vias para o desenvolvimento rural, através da ação extensionista. Sobre esse processo de construção da lei, Caporal (2014) explica:

Nesse processo participaram membros das diferentes entidades de representação da agricultura familiar, das organizações não governamentais (ONGS) com atuação em extensão rural, assim como servidores do governo federal de diferentes instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Do mesmo modo, participaram representantes das 27 entidades públicas estatais de assistência técnica e extensão rural, além da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), participaram professores da disciplina de extensão rural de diversas Universidades brasileira (CAPORAL, 2014, p. 4).

A ATER, segundo a Lei 12.188, tem por objetivo oferecer um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

E discutindo-se sobre um processo educativo, a justificativa para que sejam arremetidos recursos públicos nesse serviço poderia ser a mesma que dá apoio à oferta de escolas públicas. Ou seja, melhorar a distribuição de renda e igualdade de acesso a informações sobre tecnologias de produção, como também a geração de externalidades positivas para toda a população rural, como a produção de alimentos a custos menores, quantidades e qualidades maiores, além da segurança alimentar.

CAPÍTULO IV - OS “DESDOBRAMENTOS” DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Algumas análises sobre o momento da agricultura brasileira remetem-nos a pensar sobre os critérios de julgamento subjacentes aos resultados indicados. As análises trazem a evidência, o tipo de agricultura vinculada a outras questões complexas. O presente da agricultura não pode negar as relações ao conjunto mais amplo de transformações ocorridas desde os primeiros momentos da colonização, e pelo processo de industrialização que acontece em sociedades de bases agrárias. São transformações acompanhadas por uma atenção maior ao que se refere aos resultados do processo de desenvolvimento.

Para Franco (2000, p. 30), o desenvolvimento “tem muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental, físico territorial, político institucional, científico-tecnológica”. Assim, é necessário considerar todo o aparelho local, e não apenas um único setor, porque todo ato econômico, político e administrativo também se atinge dentro de um contexto social. Por isso, é importante levarmos em consideração essas esferas nos procedimentos de desenvolvimento endógeno.

Já para Furtado (1961), desenvolvimento é, basicamente, o aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade. É importante evidenciar que o conceito de desenvolvimento é complexo e vasto, bem como influenciado por transformações tanto econômicas, como políticas, humanas e sociais, sendo resultado de um processo de crescimento.

O desenvolvimento não se dá apenas pelo que os seres podem ter, e sim por suas capacidades individuais e em grupos. Ele depende da união das pessoas, da coragem de se aceitarem como sujeitos sociais. Jara (2001) trata de enriquecer esse processo com a expansão das capacidades destes, individuais e coletivas, orientadas para a satisfação das necessidades essenciais de todas as culturas: participação, lazer, identidade e liberdade.

Portanto, a qualidade do desenvolvimento também depende das características e do interesse dos indivíduos, ou seja, do capital humano. E observando a importância da sociedade e das relações sociais no processo de desenvolvimento, Jara (2001) explica que:

A prioridade de formação do capital humano representa importante mudança a ser inserida nos paradigmas de desenvolvimento rural. Constitui flagrante diferenciação da concepção que valoriza os recursos materiais – acesso ao crédito e à tecnologia – da agricultura familiar como principais requisitos para o desenvolvimento rural (JARA, 2001, p. 44).

Estes elementos de produção, atualmente cruciais, como capital social, capital humano, desenvolvimento e informação, passam a ser observados, no momento, de forma distinta para a apreciação do desenvolvimento nas localidades. À vista disso, o local possuidor destes elementos ou taticamente direcionado para desenvolvê-los, localmente, acumularia as melhores categorias para atingir um desenvolvimento rápido e equilibrado.

O desenvolvimento, pautado no capital humano e social, também demanda o aumento das condições de colaboração e confiança entre as pessoas, aquilo que concordou em denominar-se de capital social. De acordo com Jara (2001):

Revela-nos que o capital humano desenvolve-se como vetor estratégico para aprimorar e sustentar os demais fatores necessários ao desenvolvimento sustentável: o capital social, o fortalecimento do tecido associativo, a gestão ambiental, a geração de oportunidades de trabalho e renda, o aumento da participação social, a gestão empresarial, a capacitação dos excluídos para o exercício da cidadania e a valorização da cultura (JARA, 2001, p. 44).

Dessa forma, não é imaginável existir desenvolvimento sem o conhecimento e sem a participação da comunidade. Mas isso não vai acontecer se não houver confiança e colaboração, se não edificarem redes de solidariedade e de auxílio mútuo.

Portanto, o capital social é essa rede, essa ligação de conexões que, quanto mais intensa, mais adequada, será capaz de gerar desenvolvimento. O capital social é a obra da confiança e da colaboração entre os indivíduos, que lhes confere preparo, competência e participação.

Através de aspectos culturais, também podemos observar o processo de desenvolvimento local, onde a grandeza cultural abarca o intrincado padrão de hábitos, crenças, manifestações artísticas e intelectuais conduzidas coletivamente e típicas de cada sociedade. Para Jara (2001), o desenvolvimento, os agricultores familiares e os/as trabalhadores/as sem-terra são reconhecidos em suas

capacidades de pensar e interpretar o mundo local, segundo suas pautas culturais e sociais.

O reconhecimento das ações culturais, das manifestações artísticas e folclóricas mostra uma maneira de cultivar tradições e costumes e de entender as formas e gestos executados no local, desenvolvendo, assim, a sustentabilidade. É como nos mostra Campanhola e Silva, (2000):

Também nos fala que não há regras ou modelos pré-determinados para a definição consensual dos objetivos e metas que conduzam ao desenvolvimento local, pois este é, em essência, um processo microsocial de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 65).

A aprendizagem transmitida de pessoa a pessoa, em certos grupos sociais, é uma maneira de juntar novas informações e vivências, beneficiando a elevação da diversidade de atividades. Para Jara (2001):

O que fortalece esses pensamentos quando diz que “a cultura em perspectiva ampliada inclui os sentimentos e as formas de pensar dos atores, seus comportamentos e códigos formais de comunicação.” Uma pauta cultural explica os padrões de comportamento social, e a tradição aciona a repetição desse padrão. (JARA, 2001, p. 53).

Então, a heterogeneidade cultural e a sua conservação com o passar do tempo é a confissão da riqueza dos saberes culturais, de um local. O fortalecimento das raízes históricas proporciona maior compreensão dos acontecimentos do agora e incita à maior valorização local.

Para Jara (2001), sem trabalhar a cultura e os sentimentos coletivos, não há como se chegar às mudanças sustentáveis. O fator cultural requer capacitação e criação de conhecimentos, incluindo itens ligados à formação dos indivíduos, como também outros mecanismos que consolidem os métodos de aprendizagem. E que são realizados para que ocorra o aumento das oportunidades de inovação e aceitação a mudanças, e, assim, promovendo o desenvolvimento.

O espaço rural, como alternativa de desenvolvimento, geração de emprego, renda e lazer para os indivíduos que nele vivem, e para quem busca novas experiências de vida e relações sociais com os sujeitos do campo, é o que estudamos e analisamos.

Portanto, promover e identificar as novas atividades de forma séria e motivadora pode ser uma contribuição relevante e importante na busca do tão almejado desenvolvimento local no meio rural, assim como um ávido esforço para a diminuição da desigualdade de acesso que acomete as populações do campo. Conforme Campanhola e Silva (2000):

No caso Brasileiro, uma política de desenvolvimento local deve ter como eixo central a eliminação da pobreza rural. Não há uma política mais abrangente voltada especificamente para eliminar a pobreza rural: o que existe são programas e projetos isolados, que acabam tendo pouca repercussão a médio e longo prazo para inserção social dos pobres rurais (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 74).

A introdução de novas atividades ao meio rural, como as atividades não agrícolas, que estão sendo inseridas no cotidiano dos agricultores/as familiares, como sendo parte de estratégias de reprodução desses produtores, onde estes preservam algumas das características tradicionais e inventam outras, possibilitará o desenvolvimento rural. A criação de empregos não agrícolas no campo é vista como uma forma não só de garantir a permanência digna dos trabalhadores/as no campo, mas também como uma maneira de aumentar sua renda.

O termo desenvolvimento local é mencionado como uma maneira de superação econômica de forma sustentável. Para Franco (2000), desenvolvimento é um acontecimento que supera o econômico, porém não podemos também minimizar a importância do dinamismo que esse fator oferece.

Nesse sentido, Buarque (2002, p. 25) confirma o pensamento de que desenvolvimento local se trata de um “processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria na qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Assim, a palavra desenvolver significa: desenrolar, desdobrar, dar continuidade a uma potencialidade.

Franco (2000) define o conceito de local como uma concepção socioterritorial das ações, e passa, assim, a ser definido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso, em geral quando esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido. Então, a compreensão do que é local vai além de mensurações e bens. O local é determinado por um aglomerado de conjunturas com característica territorial, social, política, cultural e econômica.

O desenvolvimento solicita a apreciação das aptidões e desenvoltura dos conhecimentos e capacidades dos indivíduos, que nada mais é que o desenvolvimento e aperfeiçoamento do capital humano. Para De Jesus (2009):

Desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que articulam com vistas a encontrar atividades que favorecem mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (DE JESUS, 2009, p. 72).

Então, a aceção do desenvolvimento deve ser o de aprimorar a condição de vida dos indivíduos, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento humano. Fazer o desenvolvimento humano e social nos desafia a refletir numa perspectiva de desenvolvimento, que articula a dinamização do crescimento econômico com outros fatores, como o capital humano e o capital social.

Buarque (2002) mostra-nos que as mudanças econômicas envolvem fatores culturais, sociais, políticos e tecnológicos, e essas dinâmicas econômicas locais. Precisam de movimentos e reestruturações em outras esferas do cotidiano da realidade. O autor ratifica as ideias de que a essência e a qualidade do desenvolvimento são tão ou mais necessárias que a mera apreciação das cifras.

Ao refletirmos o desenvolvimento local como processo de atuação das comunidades rurais, buscamos identificar quais os fatores por eles causados, seus procedimentos característicos e o abarcamento dos mesmos na economia local. Buarque (2002, p. 34) fala que “de forma diferenciada, é certo, que cada vez mais o local está sendo intensamente influenciado e impactado por processos globais”. Assim, o local e o global não podem ser vistos como itens distintos e dicotômicos, e sim como campos interdependentes.

Buarque (2002) fala que, na realidade, o desenvolvimento local é formado por dois polos de um mesmo processo complexo e contraditório, exercendo forças da integração e desagregação, dentro do imenso jogo competitivo mundial. E Froehlich (1999) ratifica essa ideia, explicando que não se trata de considerar o local e o global como dicotomias separadas no espaço ou no tempo, e sim que os processos

de globalização e localização/regionalização são indissociáveis na fase atual do capitalismo.

Jara (2001) mostra-nos que os programas de assistência técnica incluem investimentos em infraestrutura, apoio financeiro e atividades de capacitação e organização associativista. Porém, não são considerados estratégicos os elementos subsidiários à atividade produtiva, como a comercialização e os serviços, onde as comunidades rurais têm o seu potencial criativo desestimulado diante da inserção de pacotes tecnológicos e industriais de propostas de assistência governamental, que tentam minimizar a pobreza rural com essas alternativas.

Milani (2002) considera o desenvolvimento local como sendo o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, uma vez que o desenvolvimento pode ser promovido através do auxílio aos indivíduos.

Então, compreendemos que o desenvolvimento não é uma implicação automática do aumento econômico, mas o resultado das afinidades e relações humanas, do anseio e da aspiração dos seres de alcançarem uma melhor qualidade de vida, incluindo também aspectos culturais, sociais e éticos.

CAPÍTULO V - DESVENDANDO AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS: LEITURAS E IMAGENS DE UMA PERSPECTIVA SUSTENTÁVEL

Este capítulo apresenta as análises e discussões dos dados coletados, tendo como pressupostos: o problema da pesquisa e atendimento dos objetivos, o questionamento em torno dos fatores da agricultora familiar e a perspectiva do desenvolvimento local, no caso das feiras agroecológicas de Recife-PE. Também foi questionado: como as feiras de produtos de base agroecológica têm influenciado a vida de agricultores familiares, no escoamento da produção e na solidificação de suas atividades produtivas?

A partir da observação direta associada a outras técnicas de coleta de dados. Obtivemos elementos importantes sobre as feiras que foram investigadas. Nossa primeira constatação foi de que há nas feiras e espaços agroecológicos um convívio amistoso, harmonioso entre agricultor e consumidores. Desta forma, o rural e o urbano se encontram por necessidade mútua. O rural precisa transformar sua produção em artigos e produtos que atendam a demanda de seus clientes urbanos.

Constatamos um público variado, tanto de idoso, quanto de meia idade e de jovens. Sobre o horário de funcionamento da feira, esta tem início a partir das 5h30 da manhã e termina por volta das 12h. Os consumidores que frequentam as feiras, a maioria pertence a uma classe social de média para alta, e são consumidores fiéis que já demonstram um grau de amizade e intimidade com os agricultores. As feiras são espaços onde são montadas barracas que servem como um lugar de convivência para as pessoas comprarem alimentos, como também lancharem e tomar café da manhã. O local é ponto de encontro entre os vários consumidores e produtores.

Outra observação é que em muitas das feiras os agricultores já recebem, com antecedência, uma lista dos produtos desejados pelos consumidores. E no dia da feira, o consumidor já chega ao local e apenas confere os produtos, que já se encontram separados em caixotes de feira, e só então fazem o pagamento.

Também foi notado que os consumidores encomendam - além dos produtos para alimentação -, mudas de plantas e hortaliças aos agricultores familiares, e

aproveitam para solicitar dicas de como plantar a muda, o que caracteriza a troca de saberes. Porque, como diz Freire (1983):

Se não for capaz de crer nos camponeses, de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente, um tecnicista; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador da e para as transformações radicais (FREIRE, 1983, p. 65)

Outra observação importante é a diferença das feiras comuns (livres), onde os feirantes fazem o chamamento dos produtos. Na feira agroecológica não existe este aspecto e os consumidores apenas se dirigem para as barracas e compram os seus produtos, sem influência direta por parte do agricultor, e perpassam pelas barracas várias vezes, observando e escolhendo os produtos.

Obs 1: As falas dos agricultores, mostradas na sequência, passaram por um processo mínimo de edição, principalmente no que se refere a parte gramatical. Elas se encontram em *itálico* para diferenciar das citações bibliográficas. Logo adiante destacamos as falas dos agricultores familiares entrevistados, que identificamos com os seguintes códigos:

- **Agric. X – F. Agro. Sit. Trind.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica Sítio da Trindade
- **Agric. X – F. Agro. Col. Apo.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica Colégio Apoio
- **Agric. X – F. Agro. ITEP.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica ITEP
- **Agric. X – F. Agro. UFPE.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica UFPE
- **Agric. X – F. Agro. Sec. Edu.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica Secretaria de Educação de PE
- **Agric. X – F. Agro. TRT.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica TRT
- **Agric. X – F. Agro. Igr. Esp.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica Igreja do Espinheiro
- **Agric. X – F. Agro. Bei. Rio.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica Beira Rio
- **Agric. X – F. Agro. PCR.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife
- **Agric. X – F. Agro. Praç. LAFEPE.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica Praça LAFEPE
- **Agric. X – F. Agro. Praç. Fle.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica Praça Fleming
- **Agric. X – F. Agro. Cas. For.** = Agricultor Nº Feira Agroecológica de Casa Forte

5.1 A vestição das feiras agroecológicas

Como vestição, indicamos a organização espacial, quantitativo de agricultores/as, dia da feira, origem dos agricultores/as e localização geográfica das feiras na cidade do Recife. Com a atual investigação, foi possível mapear os produtos que são comercializados nas feiras agroecológicas de Recife, estabelecendo uma relação dos produtos por feiras agroecológicas.

Tabela 1: Feiras agroecológicas pesquisadas

Local da feira agroecológica	Quantitativo de agricultor familiar por feira	Dia da semana da feira agroecológica	Origem do agricultor familiar
Feira agroecológica Sítio da Trindade	04	Sábado	02 - Vitória 02 - Pombos
Feira agroecológica Colégio Apoio	01	Quarta-feira	Pombos
Feira agroecológica ITEP	01	Quarta-feira	Vitória
Feira agroecológica UFPE	02	Quarta-feira	Lagoa de Itaenga
Feira agroecológica Secretaria de Educação de PE	03	Quarta-feira	Glória de Goitá
Feira agroecológica TRT	03	Quarta-feira	01 - Glória de Goitá 02 - Pombos
Feira agroecológica Igreja do Espinheiro	04	Sexta-feira	01 - Goiana 02 - Pombos
Feira agroecológica Beira Rio	04	Sexta-feira	Pombos
Feira agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife	03	Sexta-feira	Glória de Goitá
Feira agroecológica Praça LAFEPE	04	Quarta-feira	01 - Paudalho 02 - São Lourenço da Mata 01 - Igarassu
Feira agroecológica Praça Fleming	04	Quinta-feira	Chã Grande
Feira agroecológica Praça de Casa Forte	10	Sábado	03 - Vitória 02 - Pombos 01 - Glória de Goitá 03 - São Lourenço da Mata 01 - Chã Grande

A tabela 2, apresentada a seguir, fala sobre a Assistência Técnica.

Na tabela 2, podemos observar as feiras agroecológicas que recebem assistência técnica. Das doze feiras pesquisadas, apenas duas não recebem assistência. Também podemos notar que a mesma instituição apresenta o serviço de assistência em mais de uma feira.

Tabela 2: Feiras agroecológicas que recebem Assistência Técnica

Local da feira agroecológica	Assistência Técnica
Feira agroecológica Sítio da Trindade	SERTA
Feira agroecológica Colégio Apoio	SERTA e IPA
Feira agroecológica ITEP	Não recebe
Feira agroecológica UFPE	Não recebe
Feira agroecológica Secretaria de Educação de PE	APORG
Feira agroecológica TRT	APORG
Feira agroecológica Igreja do Espinheiro	SERTA e APORG
Feira agroecológica Beira Rio	SERTA
Feira agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife	APORG
Feira agroecológica Praça LAFEPE	SERTA e SABIÁ
Feira agroecológica Praça Fleming	SERTA, IPA E CEPMA
Feira agroecológica Praça de Casa Forte	SERTA, IPA e APORG

5.2 A fatura comercializada nas feiras agroecológicas

Ao se pretender analisar produtos oriundos da agricultura familiar, nos espaços de comercialização, e produzidos sob a orientação de base agroecológica, parece cabível que venha inicialmente a seguinte indagação: que tipo de agricultura de base agroecológica se está pensando? Que produção dessa agricultura se tem como referência de análise?

Foi possível mapear o que cada feira agroecológica comercializa cujos locais e produtos podem ser verificados nas tabelas abaixo. Dessa forma, foram organizadas sete tabelas, que observaremos a seguir:

Tabela 3: Frutos e frutas comercializadas nas feiras agroecológicas:

Local da feira agroecológica	Frutas/frutos										
	Banana	Coco	Goiaba	Graviola	Jambo	Laranja	Limão	Mamão	Maracujá	Melancia	Tomate cereja
Feira agroecológica Sítio da Trindade		X									
Feira agroecológica Colégio Apoio	X					X	X				
Feira agroecológica ITEP	X					X					
Feira agroecológica UFPE	X					X		X			X
Feira agroecológica Secretaria de Educação de PE			X	X	X				X	X	
Feira agroecológica			X			X	X	X		X	X

TRT											
Feira agroecológica Igreja do Espinheiro	X	X		X	X	X	X	X	X		
Feira agroecológica Beira Rio	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
Feira agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife	X		X	X		X					X
Feira agroecológica Praça LAFEPE	X		X		X	X	X	X	X		X
Feira agroecológica Praça Fleming	X	X	X	X	X	X	X			X	X
Feira agroecológica Praça de Casa Forte	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Total	9	5	7	5	6	10	7	6	5	5	7

Como apresentado na tabela 3, com referência a frutos/frutas, verifica-se, pela oferta, que a maior disponibilidade nas feiras agroecológicas é de laranja e banana; em seguida, goiaba, limão e tomate cereja; e as últimas mais encontradas são coco, graviola, jambo, mamão, maracujá e melancia.

A tabela 4, apresentada a seguir, retrata o item verduras.

Tabela 4: Verduras comercializadas nas feiras agroecológicas:

Local da feira agroecológica	Verduras								
	Alface	Acelga	Cebolinha	Coentro	Espinafre	Hortelã	Repolho	Rúcula	Salsinha
Feira agroecológica Sítio da Trindade	X	X		X				X	
Feira agroecológica Colégio Apoio	X		X	X		X		X	
Feira agroecológica ITEP	X	X	X	X				X	
Feira agroecológica UFPE	X	X	X	X				X	
Feira agroecológica Secretaria de Educação de PE	X	X							X
Feira agroecológica TRT	X				X		X	X	X
Feira agroecológica Igreja do Espinheiro	X		X	X	X		X		X
Feira agroecológica Beira Rio	X	X	X	X	X	X	X		
Feira agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife	X	X			X	X		X	X
Feira agroecológica Praça LAFEPE	X	X	X	X	X		X	X	X
Feira agroecológica Praça Fleming	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Feira agroecológica	X	X	X	X	X		X	X	X

agroecológica Praça de Casa Forte											
Total:	6	5	6	7	7	7	5	7	6	7	7

Na tabela 5, a qual faz referência à comercialização de legumes, podemos observar que há predominância de 6 produtos: beterraba, cenoura, cebola, jerimum, milho e pepino; em seguida, abobrinha, berinjela e maxixe; e os menos encontrados, alho-poró e couve-flor.

Tabela 6: Tubérculos comercializados nas feiras agroecológicas:

Local da feira agroecológica	Tubérculos			
	Batata-doce	Inhame	Macaxeira	Rabanete
Feira agroecológica Sítio da Trindade	X		X	
Feira agroecológica Colégio Apoio	X	X	X	
Feira agroecológica ITEP	X			
Feira agroecológica UFPE	X		X	
Feira agroecológica Secretaria de Educação de PE	X			X
Feira agroecológica TRT	X	X	X	
Feira agroecológica Igreja do Espinheiro	X	X	X	X
Feira agroecológica Beira Rio	X	X	X	X
Feira agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife		X	X	X
Feira agroecológica Praça LAFEPE	X	X	X	X
Feira agroecológica Praça Fleming	X	X	X	X
Feira agroecológica Praça de Casa Forte	X	X	X	X
Total:	11	8	10	7

Na tabela 6, onde encontramos a tabela dos tubérculos, podemos informar que a batata-doce e a macaxeira são os produtos mais encontrados nas feiras agroecológicas, seguidos do inhame e do rabanete.

A seguir, destacamos a tabela 7 das leguminosas, onde o destaque é o feijão-verde (primeiro lugar), e, em segundo lugar, a fava.

Tabela 7: Leguminosas comercializadas nas feiras agroecológicas:

Local da feira agroecológica	Leguminosas	
	Feijão-verde	Fava
Feira agroecológica Sítio da Trindade		
Feira agroecológica Colégio Apoio		
Feira agroecológica ITEP		
Feira agroecológica UFPE	X	X
Feira agroecológica Secretaria de Educação de PE	X	X
Feira agroecológica TRT		
Feira agroecológica Igreja do Espinheiro	X	X
Feira agroecológica Beira Rio	X	X
Feira agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife	X	X

Feira agroecológica Praça LAFEPE	X	
Feira agroecológica Praça Fleming	X	
Feira agroecológica Praça de Casa Forte	X	X
Total:	8	6

Na tabela 8, encontramos os produtos beneficiados, como a goma de tapioca, o beiju, o mel, o iogurte natural e o pão integral, e os menos encontrados são os bolos e a farinha de mandioca. Observamos que em 04 feiras agroecológicas não há nenhum tipo de produto dessa espécie.

Tabela 8: Produtos beneficiados comercializados nas feiras agroecológicas:

Local da feira agroecológica	Produtos beneficiados						
	Farinha de mandioca	Goma de Tapioca	Bolo	Beiju	Mel	Iogurte natural	Pão integral
Feira agroecológica Sítio da Trindade	X	X		X			
Feira agroecológica Colégio Apoio		X					
Feira agroecológica ITEP							
Feira agroecológica UFPE							
Feira agroecológica Secretaria de Educação de PE							
Feira agroecológica TRT							
Feira agroecológica Igreja do Espinheiro		X	X	X	X	X	X
Feira agroecológica Beira Rio		X	X	X	X	X	X
Feira agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife			X	X	X	X	X
Feira agroecológica Praça LAFEPE			X	X	X	X	X
Feira agroecológica Praça Fleming							
Feira agroecológica Praça de Casa Forte		X		X	X	X	X
Total:	2	5	4	6	5	5	5

Na tabela 9, só encontramos dois produtos para venda de origem animal: ovo e galinha abatida. E esses produtos só foram encontrados em 5 feiras, das 12 pesquisadas.

Tabela 9: Produtos de origem animal comercializados nas feiras agroecológicas:

Local da feira agroecológica	Produtos de origem animal	
	Ovo	Galinha
Feira agroecológica Sítio da Trindade	X	X
Feira agroecológica Colégio Apoio		
Feira agroecológica ITEP		
Feira agroecológica UFPE	X	
Feira agroecológica Secretaria de Educação de PE		
Feira agroecológica TRT		
Feira agroecológica Igreja do Espinheiro		
Feira agroecológica Beira Rio	X	X
Feira agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife		
Feira agroecológica Praça LAFEPE		
Feira agroecológica Praça Fleming	X	X
Feira agroecológica Praça de Casa Forte	X	X
Total:	5	4

Com a demonstração dessas tabelas, podemos observar uma diversificação dos produtos comercializados nas feiras agroecológicas, produtos estes advindos da agricultura familiar e de base agroecológica.

Diante dos dados exibidos anteriormente, em relação à produção, podemos falar sobre soberania alimentar, que é uma das características do sistema agroecológico, onde a diversidade de produtos é fundamental para a sustentabilidade e o autoconsumo da família, como também a garantia de ter sempre produtos para comercialização - justamente o que a agricultura familiar preconiza. E ratificamos essa ideia com a ideologia do Fórum mundial pela Soberania (2007):

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007).

Diante dos fatos, não é recomendável separar soberania alimentar da agroecologia, que, além de defender a produção de alimentos saudáveis e livres de produtos químicos, consegue trazer benefícios tanto para o agricultor familiar quanto para o consumidor, além de promover a preservação do meio ambiente.

O agricultor familiar é o facilitador dessa mudança de hábito, onde ele retira o seu alimento e o da sua família do próprio roçado, consumindo menos os produtos industrializados vendidos nos supermercados. Uma vez que a população tem direito a uma alimentação saudável, acessível e de qualidade, em quantidade suficiente e

de modo permanente, isso é chamado de soberania alimentar e ela deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde.

Para o CONSEA (2015), comida de verdade é a salvaguarda da vida e do planeta, é saúde, é justiça socioambiental, é direito humano. Ela começa já com o aleitamento materno e deve ser assegurada em todo o ciclo de vida. Sua plena realização requer que os povos tenham acesso à água e possam exercer o direito soberano de produzir e consumir alimentos saudáveis, variados, *in natura* ou minimamente processados, com preços acessíveis, provenientes de sistemas sociais e ambientalmente sustentáveis, como os sistemas agroecológicos.

5.3 Um balaio precioso: dados elencados sobre os agricultores familiares

A produção comercializada nas feiras agroecológicas estudadas é significativamente diversificada e rica, de tal forma a favorecer a comercialização nas feiras. E assim, o resultado desse comércio, ao que parece, tem grande influência e impacto na vida desses agricultores familiares, como também na vida e bem-estar dos consumidores. Está-se, pois, diante de aspectos significativos do desenvolvimento local.

5.3.1 Idade dos agricultores familiares:

A idade média dos agricultores familiares é de 51 anos, com um intervalo variando entre 18 a 64 anos. Mais de 80% dos agricultores familiares entrevistados têm idade entre 18 e 45 anos de idade.

Percebemos, então, que mais da metade dos agricultores entrevistados nas feiras agroecológicas são mais jovens, com idade inferior a 64 anos, uma vez que o resultado encontrado é mais que 50% do total de agricultores familiares entrevistados.

5.3.2 Nível de escolaridade:

Mais de 50% dos agricultores familiares possuem nível de escolaridade, de nível médio completo a incompleto. Apenas 01 agricultor possui nível superior

completo e 01 agricultor nível superior incompleto. Ficamos, então, com menos de 50% de agricultores que cursaram o nível fundamental.

5.3.3 Formas de Posse da terra:

Dos 43 agricultores familiares entrevistados, 15 são proprietários das terras onde trabalham. A categoria de agricultores com parcela da terra representa 11 agricultores; 09 agricultores familiares são posseiros da terra, isto é, os agricultores têm a posse da terra, de fato, mas não legalizada (porém, são reconhecidos como donos da terra sem maiores problemas); 03 agricultores assentados; e, por fim, 05 arrendatários, que pagam ao proprietário das terras um laudêmio, isto é, uma remuneração anual.

5.3.4 O tempo de plantio agroecológico:

De todos os agricultores familiares entrevistados, apenas 01 encontra-se no processo de transição da agricultura tradicional para a agroecologia. Mesmo assim, essa transição já dura 5 anos. Todos os outros agricultores afirmaram que sempre plantaram agroecologicamente.

5.3.5 Assistência técnica:

Das 12 feiras entrevistadas na cidade do Recife, apenas duas feiras não recebem assistência técnica, conforme pode ser observado na tabela 02. Dessas feiras agroecológicas pesquisadas, 03 delas pagam pela assistência técnica prestada.

Após o contato com os agricultores, percebemos que a assistência prestada fica em torno do melhoramento da produção, do cuidado com a terra e os animais, e dos conceitos sobre a agroecologia. Percebemos, também, que em toda feira existe um coordenador, e este é escolhido através de votação pelos próprios agricultores.

5.3.6 Renda:

Mais da metade dos agricultores familiares entrevistados têm apenas a produção agrícola como renda familiar. Seis agricultores também são aposentados, oito dos agricultores recebem bolsa-família e três também têm outro tipo de renda.

5.3.7 Transporte:

É um universo muito diverso, alguns desses agricultores familiares têm transporte próprio, o que facilita muito o seu deslocamento da cidade de origem até a feira. Porém, muitos desses agricultores familiares fretam ônibus, que - em sua maioria -, encontram-se em estado deplorável e saem geralmente no dia anterior à feira, sempre à noite ou de madrugada. A locomoção não é confortável, e fora que vão passando nas cidades próximas para pegar outros agricultores. Quando chegam na noite anterior à feira, vão montar as barracas e arrumar a mercadoria para ser comercializada. Entre as entrevistas, encontramos vários meios de locomoção, desde ônibus, já citado, até Kombi e ambulância.

5.4 Uma barraca farta: considerações sobre as feiras agroecológicas

Os consumidores são diferenciados. Isso é fato. Mas que clientes são esses? Podemos dizer que são indivíduos com características denominadas de “consumo solidário”, conforme o termo utilizado por Mance (2003):

Consumo solidário significa consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: a) realizar o seu livre bem viver pessoal; b) promover o bem-viver dos trabalhadores que elaboram, distribuem e comercializam aquele produto ou serviço; c) manter equilíbrio dos ecossistemas; d) contribuir para a construção de sociedades justas e solidárias (MANCCE, 2003, p. 44).

Esses consumidores são hoje considerados restritos, pois o trabalho de divulgação das feiras agroecológicas é insuficiente, ficando limitada a divulgação do consumidor a consumidor, no tipo de comunicação interpessoal. Porém, com a ampliação do momento de apelo ambiental, espera-se que a procura por alimentos agroecológicos aumente. Isso também acontece devido à relação de confiança firmada entre agricultor familiar e consumidor, que vai muito além da simples compra

de um produto, e implica na cumplicidade da visão de mundo, onde existe a confiança do convívio semanal nas feiras.

Além do mais, há seriedade por parte dos agricultores, o tratamento de forma simplista e afetiva, criando laços de amizade e confiabilidade. Outro fator importante é a credibilidade depositada nos produtores, no que diz respeito à origem dos produtos, uma vez que os consumidores acreditam na origem dos alimentos, como também no sabor e na durabilidade diferenciada dos mesmos.

Um item observado é que os consumidores compram todos os tipos de produtos disponíveis nas feiras, e as embalagens geralmente são sacos plásticos reutilizados. Mas também encontramos carrinhos de feira dos próprios compradores, cestos de palha e sacolas de tecido dos clientes. Também foi notado que a maioria das feiras agroecológicas pesquisadas recebem o auxílio de alguma entidade que preste assistência técnica.

Foi possível observar que existe uma dinâmica de produtos, prestação de serviços e formação de saberes sustentável. Neste aspecto, ao nos referirmos às novas ruralidades, entendemos que o espaço rural vem passando por profundas mutações. E essas transformações passam por novas atividades e consideráveis alterações que ocorreram e continuam ocorrendo no campo brasileiro, principalmente após o resultado destas novas atividades, como o aumento de ocupações não agrícolas e da pluriatividade. Outro fator que vem ocorrendo, segundo Graziano da Silva e Del Grossi (1997):

Em paralelo a essas transformações, o espaço rural tem sido foco de valorização para fins não agrícolas. Tanto as indústrias novas como as tradicionais vêm procurando transferir suas plantas para as áreas rurais, como forma de minimizar custos (proximidade da matéria prima, mão de obra menos onerosa e não sindicalizada, impostos etc.) ou externalidades negativas (poluição, fuga dos congestionamentos etc.) (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1997).

Essa valorização do espaço rural, certamente não vem apenas da utilização pelas indústrias que se instalam nestas áreas, mas também através de questões ecológicas, de preservação da natureza, lazer, turismo ou moradia.

Porém, um problema que observamos é que os investimentos públicos voltados para os agricultores, em formas de políticas públicas, ainda são poucos, principalmente quando esses agricultores familiares dividem o seu tempo entre a

produção e comercialização desses produtos, sendo esta, em muitos casos, a única fonte de renda familiar.

Observamos as variadas tarefas vinculadas ao mundo do trabalho dos agricultores familiares. O incentivo à pluriatividade justifica-se ante o peso de inúmeras características desta configuração de arranjo da análise familiar, destacando-se, entre outros aspectos, por sua natureza flexível, espontânea e propulsora do uso sustentável dos recursos locais (humanos e econômicos).

Além disso, por patrocinar não só a probabilidade de uma maior conexão da ação no âmbito interno do funcionamento, bem como no plano externo em relação a outros setores econômicos (turismo e indústria), convergem no sentido de reforçar a autonomia do grupo doméstico, diminuindo a dependência de uma só fonte de ingresso econômico.

Podemos entender que a pluriatividade corresponde à diversificação das atividades rentáveis do negócio, no meio rural, onde pelo menos uma delas é a agricultura. E é através da pluriatividade que os membros das famílias de agricultores optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, ainda, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Desta forma, pode-se considerar que a pluriatividade e as atividades não agrícolas são mecanismos de desenvolvimento. Nesse contexto, Schneider (2009) destaca o seguinte:

O termo “agricultura em tempo parcial” foi substituído pela noção multiple job holding e este, posteriormente, pela expressão pluriatividade, numa referência analítica à disseminação do fenômeno da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas (SCHNEIDER, 2009 a).

Então, compreendemos a pluriatividade como sendo uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda, com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade das famílias.

5.5 A conquista econômica na vida dos agricultores familiares

Os múltiplos autores, atividades, parcerias e mobilizações são verificados no universo e abrangência dos que fazem as feiras agroecológicas. E, neste aspecto,

nos apontam para entender tudo isso como elementos inerentes a processos de desenvolvimento local. São aspectos a serem observados, e são muitos, e não como o único a ser representado como observávamos no passado nos processos de desenvolvimento. Como podemos encontrar em Paul Singer (2003, p. 116), quando fala da outra economia, na lógica da economia solidária, defende a solidariedade entre os envolvidos em toda a cadeia de produção e comercialização da economia, no modelo capitalista que estimula o individualismo competitivo.

Onde a junção das somas dos níveis políticos, ecológicos, sociais e econômicos resulta em um campo de ação favorável ao fomento do desenvolvimento local. (TRUSEN, 2004, p.138 apud BROSE, 2000, p. 89). Observamos que o fomento da economia local é uma dimensão central no desenvolvimento local. Além do fomento das estruturas existentes de economia e emprego, o fomento de novos negócios e novas fontes de renda, através de pequenos empreendimentos, é uma estratégia de desenvolvimento importante.

Nesta pesquisa, observamos que tanto a dimensão do rendimento econômico como a dimensão social e ética foram aspectos vivos e vividos para a tomada de transformação dos agricultores familiares, de uma agricultura tradicional para uma agricultura agroecológica. E com o passar dos tempos, outras dimensões são adquiridas e inseridas no seu convívio, como a dimensão cultural e a dimensão ecológica, que surgem com o cuidado e a preservação do meio ambiente, como foi observado na fala dos entrevistados.

Porém, neste momento, relataremos os ganhos econômicos dos agricultores familiares. Assim, encontraremos a seguir depoimentos que destacam essa dimensão econômica:

Eu acho que mais da metade do que ganhava ficava com o atravessador, porque antes eu só plantava repolho, laranja e macaxeira, e os produtos perdiam o valor no CEASA. E hoje tenho um plantio com mais de quinze produtos. Agric. 1 – F. Agro. Cas. For.

Não tem comparação. Não tem ninguém nos ordenando, horário. Hoje ganho bem mais que antes, e os produtos sempre foram livres de agrotóxicos. Agric. 2 – F. Agro. Sit. Trind.

Hoje percebo que consigo juntar mais dinheiro, porque antes gastava muito com agrotóxico e produtos químicos. Agric. 3 – F. Agro. Praç. Fle.

Hoje está muito bom. Porque produzo para mim e meus clientes e consigo vender bem mais e em mais de uma feira. Agric. 1 – F. Agro. Col. Apo.

Olhe, gosto muito dessa forma de produzir “certo”, porque eu mesmo planto, eu mesmo colho e eu mesmo vendo. E todo dinheiro vai para o meu bolso e se fosse na feira livre todo dinheiro ficaria no frete e com o atravessador. Agric. 1 – F. Agro. ITEP.

A renda familiar é tirada só daqui a gente consegue uma média de dois salários mínimos. Agric. 2 – F. Agro. Sec. Edu.

A renda da família é só da agricultura, agora depende da feira quando ela é boa tiramos mais, quando o movimento é fraco tiramos menos. Agric. 3 – F. Agro. TRT.

Tiro dinheiro da agricultura familiar, mas também tenho outra fonte que é a aposentadoria. Agric. 3 – F. Agro. Bei. Rio.

Existe outra renda sem ser essa, também recebo a aposentadoria. Agric. 2 – F. Agro. Praç. LAFEPE

A atividade agroecológica mostra os seus ganhos nas falas dos agricultores familiares, porém era uma pergunta do questionário, onde encontrávamos um pouco de resistência, talvez por falar em dinheiro, mas o que percebemos é que, em geral, o lucro desses agricultores fica entre um e dois salários mínimos. Porém, não é só o lucro que encontramos nesses depoimentos, mas também ganhos, como a liberdade para vender os produtos, a preservação do meio ambiente, o próprio consumo saudável e a não utilização de produtos químicos. E a dimensão econômica requer justamente esses fatores quando observamos Lima e Pires (2012).

A dimensão econômica da sustentabilidade requer um olhar, que busca associar a geração de riquezas sem desconsiderar a importância da preservação e conservação dos recursos naturais, dos valores socioculturais e políticos, de modo que todas as outras dimensões também sejam consideradas e valorizadas nas iniciativas (LIMA E PIRES, 2012, p. 22).

Percebemos que a construção de resultados positivos se dá pela articulação horizontal dos agricultores familiares e também pelo uso da criatividade de gerar oportunidades peculiares à localidade.

5.6 Uma visão de confiança e social das feiras agroecológicas

A comercialização realizada através dos agricultores familiares nas feiras agroecológicas dá-se sempre de uma forma bem amistosa, onde observamos um ambiente harmonioso, com respeito e solidariedade entre todos os agricultores.

Esse clima é observado tanto no relacionamento entre os agricultores quanto com os clientes. Caracterizando uma distinção entre as feiras livres ou outros comércios existentes, onde, muitas vezes, se restringe apenas numa relação capitalista e de consumo. Nas feiras agroecológicas, encontramos uma relação de amizade e fidelidade entre os agricultores e os consumidores, onde vários destes clientes frequentam a feira desde o início da sua criação. E podemos ratificar essas observações em Lima e Pires (2012):

A ética na sustentabilidade também significa a expressão de valores democráticos, valorização do construir um pensamento em que o respeito pelo coletivo tem que se sobressair ao desejo pessoal. A dimensão ética passa por várias outras dimensões ao percebemos que também faz parte dessa dimensão valor da igualdade entre os sujeitos sociais e entre os gêneros, do respeito pelas gerações do cuidado com o meio ambiente, de relações econômicas justas, de oportunidades de usufruto de bens e serviços para todos (LIMA E PIRES, 2012, p. 23).

Nas feiras agroecológicas, observamos que não existe a figura do atravessador. Assim, é possível proporcionar aos agricultores uma opção de escoamento da produção rural mais qualificada, porém não apenas visando o aspecto econômico, mas também dando valor às dimensões éticas, solidárias e ambientais.

Está muito bom agora, porque antes vendia meus produtos na CEASA. Mas conseguia renda durante seis meses e depois não tinha. E agora tenho toda semana, fora que a minha saúde e da minha família melhorou 100%.

Agric. 4 – F. Agro. Praç. Fle.

Estou muito melhor agora, tanto em relação a saúde quanto em relação as vendas e amizades construídas nas feiras.

Agric. 5 – F. Agro. Cas. For.

Agora não existe mais o atravessador. O trabalho ficou muito melhor.

Agric. 10 – F. Agro. Cas. For.

Agora está bom, porque só trabalho para mim, fora que a comida é muito saudável e mais gostosa.

Agric. 3 – F. Agro. Praç. Fle.

Além desses fatores mencionados, houve um que não foi objeto de estudo direto dessa pesquisa, mas que, no entanto, nos chamou a atenção: a questão de

gênero, representado pelas atividades desenvolvidas pelas mulheres, onde elas conseguem se sentir empoderadas nos aspectos econômicos e na consciência da sua importância na sociedade.

Das feiras agroecológicas pesquisadas, três delas eram compostas predominantemente por agricultoras familiares, na etapa de comercialização dos produtos: a do Sítio da Trindade, a do ITEP e a do LAFEPE.

Ao percebermos a participação das mulheres nas feiras agroecológicas, acreditamos que esse fato também venha ocorrendo após a abertura e proposta da ATER, de um modelo participativo e dialogado. E observamos essa fala em Lima e Pires (2012), quando elas fazem referência à dimensão social:

Ilustrando que nessa dimensão emerge o conceito de sustentabilidade numa perspectiva de reconhecer os diversos sujeitos que compõem a sociedade, da busca pela igualdade de direitos e deveres, pela melhoria da qualidade de vida e pela equidade entre gêneros e as gerações (LIMA E PIRES, 2012, p. 21).

E também notamos que De Jesus e Carneiro (2012) compartilham essa ideia, quando explicam que o acesso das mulheres a terra e aos benefícios sociais e econômicos representam um grande passo para a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres do campo.

Melhorou muito para mim e meus filhos, porque agora posso comprar uma roupa e calçado para eles. Agric. 2 – F. Agro. Praç. LAFEPE

Para mim é muito bom fazer parte da feira. Aqui vendo meus produtos e converso com os clientes. Agric. 1 – F. Agro. ITEP.

Essa feira é um pedaço da minha vida. Aqui consigo o sustento da minha família e trabalho para mim. Não preciso trabalhar para mais ninguém. Agric. 1 – F. Agro. Sit. Trind.

5.7 Preservação do meio ambiente

Fica claro a percepção e conscientização dos agricultores familiares, em relação à prática realizada por eles, no sentido de uma produção limpa, e assim, na contribuição de uma melhor saúde para os consumidores, como também para preservação ambiental, sendo isso um motivo de orgulho e alegria para eles. Para Caporal (2015):

A agroecologia é um enfoque científico que oferece os princípios e metodologias para apoiar a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e

de agricultura sustentáveis, buscando, num horizonte temporal, a construção de novos saberes socioambientais que alimentem um processo de transição agroecológica (CAPORAL, 2015, pg. 280).

Além dos cuidados com a preservação do meio ambiente e com o cuidado com a saúde, das 12 feiras pesquisadas, apenas um agricultor estava no processo de transição da agricultura tradicional para a agroecológica, o que demonstra a conscientização desses agricultores familiares e o modo de vida agroecológico que eles levam.

Agora não coloco mais fogo na mata para produzir. Produzo alimentos prontos para comer. Agric. 3 – F. Agro. Praç. Fle.

Alimento bom para quem compra e para quem produz, é um alimento bonito e gostoso. Agric. 2 – F. Agro. Igr. Esp.

Entendo depois de não usar mais veneno, a importância da preservação e conservação do meio ambiente. Agric. 3 – F. Agro. Praç. Fle.

Meus produtos não têm química, são todos mais viçosos e saborosos. E duram mais tempo. Além de termos mais saúde. Agric. 2 – F. Agro. PCR.

Também percebemos que os agricultores familiares vivem de forma mais saudável, quando entendemos que eles retiram o seu sustento da própria produção, além da venda desses alimentos, do beneficiamento de alguns produtos e a reutilização das sobras desses produtos para fertilização do solo e alimentação de animais. Fica bastante claro esse consenso de ideias agroecológicas, quando Lima e Pires (2012) fazem menção à dimensão ecológica:

Essa dimensão tem trazido para o debate o papel do agricultor familiar enquanto protetora do ambiente, pois, se comparada à agricultura patronal ou de exportação, na medida em que produz de forma diversificada e em certa medida, faz a conservação dos recursos naturais, estabelece relações com o ambiente que ultrapassam a relação física ou material, envolvendo rituais, sentimento e emoções (LIMA E PIRES, 2012, p. 20).

Resumindo, para Caporal (2015):

A agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agrossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural (CAPORAL, 2015, p. 299).

Portanto, para a agroecologia, não implica somente a produção e ganho de lucros, interessa, também, o processo de valorização do agricultor familiar, a inclusão social, a melhor qualidade de vida e de saúde, além do desenvolvimento rural sustentável.

5.8 Educação nas relações sociais

O processo de aprendizado dos agricultores familiares, em relação à produção agroecológica e ao conhecimento e conscientização ecológica, não ocorre apenas com a educação feita através de cursos, palestras e eventos, nem tampouco ficou a cargo dos técnicos e extensionistas, mas através de conhecimentos que se constroem com o passar dos anos, com a troca de experiência mútua entre os agricultores familiares, partindo de uma comunicação horizontal e dialogada. Para Caporal (2015):

Dois aspectos são fundamentais. O primeiro por um lado, a agroecologia propõe uma prática educativa baseada em metodologias participativas que permitem a reconstrução histórica das trajetórias de vida e dos modos de produção, de resistência e de reprodução, assim como o desenvolvimento das relações das comunidades com o seu meio ambiente. Tais metodologias devem ajudar na identificação e compreensão, individual e coletiva, dos sucessos e insucessos dos estilos de agricultura praticados, assim como a identificação e análise dos impactos positivos e negativos do modelo dominante sobre a comunidade e o seu entorno (CAPORAL, 2015, p. 338-339).

Portanto, a metodologia de aprendizagem do trabalho e produção agroecológica desses agricultores familiares não ocorre apenas de uma educação formal e verticalizada, mas é resultado de um processo de acúmulo de conhecimento e vivência prática. Para Freire (1983):

No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas (FREIRE, 1983, p. 53).

Nesse sentido, as falas dos entrevistados abaixo refletem o pensamento de Freire:

Nas reuniões com os outros agricultores familiares aprendi muito sobre a vida agroecológica. Agric. 5 – F. Agro. Cas. For.

Nos nossos encontros discutimos como cuidar melhor da nossa terra, da nossa produção e do meio ambiente. Agric. 3 – F. Agro. PCR

Com a convivência, com o relacionamento e com os ensinamentos e as trocas de informações. Sempre ensinamos e aprendemos em conjunto e é muito importante as conversas em grupo. Agric. 2 – F. Agro. UFPE.

Na conversa com os amigos sempre tem aquele que é mais experiente e que nos informa alguma novidade e passa alguma informação diferente. Agric. 3 – F. Agro. TRT.

É com os outros agricultores com certeza que aprendemos mais, porque quando se sabe de algo novo sempre é repassado para os outros. Aprendemos também com os clientes. Agric. 1 – F. Agro. Bei. Rio.

E é sempre nessa perspectiva que entendemos a agroecologia, pautada em ações coletivas, num misto de conhecimento técnico e popular. Como diz Freire (1983), “educação e comunicação, é dialogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Mas também identificamos que a aprendizagem ocorre através dos extensionistas das várias instituições que prestam serviços a esses agricultores.

Aprendi com os técnicos como fazer adubo, inseticida natural e a importância de reaproveitar a produção que sobra. Agric. 1 – F. Agro. Sit. Trind.

As conversas com os extensionistas são muito produtivas, eles nos passam várias informações sobre o plantio e o cuidado com a terra. Agric. 2 – F. Agro. UFPE.

Participei de uma capacitação de agroecologia e agrofloresta e da importância dela para a saúde e o meio ambiente. Agric. 1 – F. Agro. TRT.

Participamos de um debate com o técnico de como lidar com o público nas feiras e também sobre o que é agroecologia. Agric. 7 – F. Agro. Cas. For.

Participei de algumas atividades em grupo, onde os técnicos nos mostram como deve ser o comportamento na feira e de como vender os produtos. Agric. 2 – F. Agro. PCR.

Porque, como observamos em Freire (1983), “O papel do educador não é o de “encher” o educando de “conhecimento”, de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através da relação dialógica educador-educando, educando-educador, a organização de um pensamento carreto em ambos”. Percebemos, então, que muitos dos conhecimentos praticados pelos agricultores familiares não foram aprendidos de modo recente, mas sim do resultado do acúmulo de conhecimento e

experiência contido em cada indivíduo, de acordo com a sua vivência agrícola, cultural, familiar e do convívio com outro agricultor. Com isso, podemos entender o segundo aspecto, mencionado por Caporal (2015), sobre o princípio educativo da agroecologia:

O segundo aspecto diz respeito ao reconhecimento da existência de saberes e de conhecimentos próprios de um determinado sistema cultural, assim como o potencial que estes saberes podem ter como base para outros estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas. Nasce, assim, um processo de comunicação diferenciado, no qual atores com diferentes saberes e conhecimentos – mediados pela realidade concreta – se comunicam, respeitando um ao outro, na busca de uma síntese que possa superar os níveis de conhecimentos e saberes de cada um (CAPORAL, 2015, p. 339).

Assim, observamos o compromisso real da aprendizagem e da educação liberta e horizontal, onde várias formas de conhecimento são aceitas e contribuem no processo formativo do agricultor familiar. Como nos fala Freire (1983), “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Dessa forma, compreendemos a importância do aprendizado e a visão de que se é possível aprender e se comunicar em qualquer ambiente e no convívio mútuo entre os indivíduos, sendo esse fator uma das facetas da agroecologia.

5.9 Desenvolvimento local nas feiras agroecológicas

Para Caporal (2015, p. 429), ao longo das últimas quatro ou cinco décadas, fomos estimulados e orientados, formalmente, em nossas escolas e faculdades, a nos associarmos a uma linha de pensamento linear e cartesiano que pretendia ser a única via possível para o desenvolvimento rural e agrícola. Também nos ensinaram que o desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico permanente e ilimitado, e que as nossas sociedades “atrasadas” deveriam superar etapas, deixando para trás as velhas e corroídas tradições, e irem incorporando, paulatinamente, os ícones e ensinamentos da modernização.

Porém, hoje já se tem outros entendimentos sobre desenvolvimento local: a de que não se deve apenas observar o contexto econômico, uma vez que o contexto do desenvolvimento social também tem como meta a luta contra a pobreza. Assim, com a melhoria da qualidade de vida da população rural, a base local se torna um

campo de ação importante. Em tempo discute-se a importância de uma metodologia eficaz que considere as riquezas e potencialidades locais, uma vez que entendemos por desenvolvimento local o conceito de De Jesus (2003):

Desenvolvimento local alarga-se como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade local e cria-se dessa forma oportunidades de emprego e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local (DE JESUS, 2003, p. 72).

Então, podemos compreender que o acontece é uma valorização e um empoderamento do espaço rural, tanto pela ocupação das indústrias no meio rural, como também através de questões ecológicas, de preservação da natureza, do lazer, turismo, moradia, cultura e gastronomia local, como nos mostra Pires (2003):

Cada um, a sua maneira, pode trazer benefícios para sua comunidade. Isso naturalmente, se essas pessoas estiverem envolvidas e comprometidas com a sua comunidade, com o local a que pertencem e, dessa forma, se puserem a “arregaçar as mangas” e juntas implementarem um projeto construído coletivamente (PIRES, 2003, p. 61).

Com esses pensamentos, podemos compreender que desenvolvimento local é um conjunto de atividades e de esforços das comunidades locais. E esse movimento desenvolve-se quando são utilizados recursos e valores da região local, já que, quando ocorre o processo de desenvolvimento local, todos os envolvidos no processo são beneficiados, tanto o espaço rural quanto o habitante local.

Portanto, a cultura, o espaço, os produtos e a gastronomia rural estão sendo produzidas e propagadas ao mundo, do local ao global, além da geração de divisas para a população e para a região rural local, e também proporcionando àquela determinada sociedade benefícios culturais, sociais e econômicos.

Mas, para que esse desenvolvimento local ocorra, os indivíduos e as comunidades precisam atuar ativamente, pois, com essa ótica humana e de preservação do meio ambiente, trazida para o desenvolvimento local, onde as iniciativas e as tomadas de decisão são propostas pela comunidade, ocorre o estímulo às iniciativas compartilhadas e à construção de uma economia mais sustentável e uma melhor qualidade de vida.

O processo e o termo “desenvolvimento local” não são muito conhecidos ou percebidos pelos agricultores familiares, mas constatados por esta pesquisa. O tema é mais entendido, quando se observa as suas outras vertentes, ou seja, através da motivação da renda conquistada, a motivação para a comercialização da produção

agroecológica, a disseminação da sua atuação nos processos de preservação ambiental, a melhoria da saúde e educação.

Não derrubamos as árvores, não usamos agrotóxicos, só ficamos com o lixo orgânico. Agric. 1 – F. Agro. Sec. Edu.

Cuidamos do meio ambiente, aprendemos a plantar, a fazer bolos. Agric. 3 – F. Agro. TRT.

Essa vida agroecológica, melhorou muito a saúde da minha família e a minha principalmente. Agric. 6 – F. Agro. Cas. For.

Não desmatamos, não queimamos. Cuidamos da natureza e uns dos outros. Agric. 2 – F. Agro. Sit. Trind.

Trabalhamos com mais saúde e organizados e também conseguimos tirar o nosso sustento das feiras. Gosto muito desse ambiente de trabalho. Agric. 1 – F. Agro. TRT.

Aqui fiz algumas relações de amizades com os fregueses. Tiro dessa feira o sustento da minha família e aqui aprendo muitas coisas. Agric. 10 – F. Agro. Cas. For

Os itens adequados ao desenvolvimento local demandam a integração entre os múltiplos atores da sociedade e especialmente a noção das demandas sociais, as riquezas e potencialidades naturais e humanas, que foram excluídas da pauta de desenvolvimento, anteriormente. Para Caporal (2015):

Esta opção de natureza econômica, as orientações de política procuram articular as dimensões social e ambiental, num esforço coletivo direcionado para a construção de estratégias e projetos de desenvolvimento rural sustentável, culturalmente aceitáveis e capazes de manter e dar estabilidade ao tecido social formado a partir das unidades de produção familiar, ao mesmo tempo em que se busca reduzir os impactos ambientais aos agroecossistemas, produzir alimentos saudáveis e assegurar a geração de ocupação e de renda no meio rural. Não é, pois por acaso que a agroecologia foi adotada como base científica para este processo de transformação (CAPORAL, 2015, p. 436).

Assim, em decorrência desse desenvolvimento local, é importante que se crie um espaço de participação pessoal direta dos cidadãos, em colaborações focadas com o mesmo propósito de atender a essas alternativas e de parcerias. Este pensamento atrai como ponto chave a defesa da participação da comunidade nas tomadas de decisão, porque a construção de resultados positivos se dá pela articulação horizontal dos atores locais e pelo uso da criatividade de inventar oportunidades peculiares à região.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de estudar os espaços de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, produzidos sob a orientação de base agroecológica, na perspectiva do desenvolvimento local, bem como de identificar as feiras de comercialização de produtos produzidos sob a orientação agroecológica na cidade do Recife, utilizamos os recursos teóricos e escolhemos instrumentos adequados de coleta de dados. Investigamos, dentro dos objetivos específicos, a origem dos agricultores e a diversidade da produção, e procuramos identificar se e como os agricultores recebem assistência técnica e analisar se e como as atividades produtivas sob a orientação agroecológica promovem o Desenvolvimento Local. Trazemos, agora, nossas considerações finais.

Encontramos elementos de respostas para o que propomos. O primeiro objetivo atendido estava o de mapear as feiras agroecológicas e, neste aspecto, elas estão assim localizadas: Feira Agroecológica Sítio da Trindade, Feira Agroecológica Colégio Apoio, Feira Agroecológica ITEP, Feira Agroecológica UFPE, Feira Agroecológica Secretaria de Educação de PE, Feira Agroecológica TRT, Feira Agroecológica Igreja do Espinheiro, Feira Agroecológica Beira Rio, Feira Agroecológica Prefeitura da Cidade do Recife, Feira Agroecológica Praça LAFEPE, Feira Agroecológica Praça Fleming, Feira Agroecológica de Casa Forte de Recife-PE. Todas elas fizeram parte do universo dessa pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas. Esses procedimentos permitiram que chegássemos às seguintes respostas, atendendo assim, aos objetivos da pesquisa. Encontramos fatores que contribuíram para a caracterização das feiras de comercialização de produtos, advindos da agricultura de orientação agroecológica na cidade do Recife.

Encontramos também, nos espaços agroecológicos, barracas simples, montadas e padronizadas entre os agricultores familiares, com os seus produtos dispostos sobre as bancas e o excedente sempre colocado ao chão, porém protegido em caixotes de madeira ou plástico.

Encontramos as feiras tanto em espaços públicos como em praças, mas também em algumas instituições como a UFPE, a Secretaria de Educação de PE, a

Prefeitura da Cidade do Recife, porém sempre de fácil acesso aos consumidores, bastando apenas identificação na entrada.

Na caracterização das feiras, constatamos as feiras agroecológicas, como sendo ricas em diversificação de frutos e frutas, verduras, legumes, tubérculos, leguminosas, produtos beneficiados e produtos de origem animal, feiras ricas e variadas com produtos frescos e viçosos para consumo imediato. Ainda encontramos a possibilidade de receberem e atenderem as encomendas de produtos, inclusive de mudas para plantio e replantio.

Constatamos, também, que, mesmo com uma grande variedade de produtos, a diversificação poderia ser ainda maior se os agricultores utilizassem uma área de terra mais extensa para o plantio. Também tivessem mais recursos econômicos e humanos, ocasionando, dessa forma, um menor acúmulo de atividades quando regressam para suas residências.

Verificamos, também, que a maioria dos agricultores rurais recebe algum tipo de assistência técnica. E que geralmente debatem sobre os seus conhecimentos com temas como a agroecologia, sistemas agroflorestais, ecologia, preservação ambiental. Nestes itens, os agricultores familiares já demonstram um bom conhecimento sobre esses temas abordados. Das instituições que oferecem assistência técnica, podemos citar SERTA, IPA, APORG, SABIÁ e CEPMMA.

Identificamos que vários fatores ligados ao desenvolvimento local foram citados e percebidos nas falas dos agricultores locais. Não apenas a questão da melhora na condição econômica, que é um dos primeiros fatores percebidos nas conversas com os agricultores, mas também em relação aos novos hábitos adquiridos: higiene, saúde, promoção da igualdade entre os agricultores, a difusão da solidariedade, as mudanças nas condições da vida familiar, o ingresso de seus filhos em universidades ou Instituições técnicas, a relação igualitária no que se refere à questão de gênero nas feiras, a utilização de recursos locais, a preservação da natureza, a preocupação com as gerações futuras, o fortalecimento da agricultura familiar e a melhor qualidade na saúde e também nos produtos consumidos.

Também no que concerne ao Desenvolvimento Local, paradigma que configura um novo modelo de desenvolvimento, sugerido pela extensão rural, no contexto do POSMEX – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, a atual investigação parece sinalizar que as feiras agroecológicas estudadas podem representar um contexto significativo de

práticas, que podem ser vista à luz do desenvolvimento local e do desenvolvimento sustentável. Promovem renda (dimensão econômica), respeito ao meio ambiente (dimensão ecológica), enquanto produção constante de alimentos saudáveis (soberania e segurança alimentar), enquanto organização da produção e da comercialização (dimensão política), enquanto pensamento coletivo e grupo social, além de pensamento igualitário entre os sujeitos sociais e entre os gêneros (dimensão ética), enquanto a questão social da sustentabilidade entre os agricultores (dimensão social) e no respeito pelos já existentes hábitos culturais e alimentares desses agricultores familiares (dimensão cultural).

Tem-se consciência das limitações dessa pesquisa, na perspectiva de generalização dos resultados de uma pesquisa. Novas e diferentes pesquisas, aliando-se àqueles já desenvolvidas, carecem de ter maior aprofundamento. Possivelmente, esta pesquisa sugere, também, uma análise mais profunda do processo de produção e das relações que se desenvolvem nas famílias dos agricultores familiares.

Como também sentimos a precariedade sobre as condições logísticas de instalação, incluindo nisso as condições de transportes, nos quais esses agricultores trazem seus produtos de cidades vizinhas até Recife, muitas vezes de forma precária e arriscada. Uma maior divulgação das feiras agroecológicas na cidade do Recife se faz necessária, em vários meios de comunicação, para que esses agricultores e consumidores possam aproveitar com maior e melhor qualidade. É preciso ofertar a esses agricultores uma melhor assistência técnica, pois percebemos que muitos desses agricultores não sabem como reutilizar as sobras dos produtos. Assim, um curso de beneficiamento desses produtos, como também formas de melhor atender os consumidores, só agregariam valor.

Um dos pontos positivos e muito valorosos nessa pesquisa foi a percepção de que, na maioria dos agricultores analisados, mais de 50% dos agricultores pesquisados ou possuem nível médio completo ou incompleto, além de termos encontrado um agricultor com nível superior completo e outro com nível superior incompleto. Esse fator é muito relevante, pois percebemos que o grau de escolaridade desses agricultores começa a aumentar significativamente. Identificamos também que já se tem feira agroecológica na cidade de Olinda. Vimos que recebemos agricultores familiares de 09 municípios: Vitória, Pombos, Lagoa de

Itaenga, Glória de Goitá, Goiana, Paudalho, São Lourenço da Mata, Igarassu e Chã Grande.

Percebemos, também, que muitos dos agricultores familiares vendem seus produtos em mais de uma feira agroecológica. Identificamos, também, que dos 43 agricultores familiares entrevistados apenas 01 encontra-se no processo de transição da agricultura tradicional para a agroecologia, dado que nos mostra a conscientização e que essa nova perspectiva de uma agroecologia, com um desenvolvimento rural mais sustentável, é possível e está bem sobre os nossos olhos.

Por fim, confessa-se igualmente a certeza de que a presente pesquisa pode conceber um reforço à compreensão das relações entre agricultores familiares, agroecologia e desenvolvimento local, e a importância desta relação para a construção de uma sociedade mais democrática e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2014.
- ALMEIDA, L. R.; BRANDINI, R. C. A. R. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília, DF: Liber livro, 2004.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, DF, 2005. p. 18. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultorafamiliar/CONCEITO%20%DE%20AGRICULTURA%20FAM.PDF>>. Acesso em: 1 jan. 2015.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. AS.PTA, Ed Agropecuária, 2002. p. 560-592.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 19-24.
- ALVES, M. O. **Desempenho dos programas públicos de geração de emprego e renda: a avaliação do IBASE**. Fortaleza: Editora Segmento, 2000.
- ANDREOLI, C. V. **Mananciais de abastecimento: planejamento e gestão**. Estudo de caso do altíssimo Iguaçu. Curitiba: Sanepar Finep, 2003. p. 494.
- BERTRAND, A. L. et al. **Sociologia rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 1973.
- BONNAL P. et al (Org). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Mauad X, 2009. p. 47.
- BORIN, Jair. A reforma agrária no governo FHC. In: BORIN, J. **A crise brasileira e o governo FHC**. São Paulo: Xamã, 1997. Coleção Fora de Ordem.
- BRASIL. Decreto Lei nº 311, de 2 de Março de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 nov. 2014.
- BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 18 ago. 2014.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtiva de produtos orgânicos. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;

coordenadores Antonio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha. – Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007. Série Agronegócios, vol. 5.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei 10.831 de 23/12/2003. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em: 8 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 8 maio 2015.

BROSE, Markus. **Participação na Extensão Rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Ed. Tomo Editorial, 2004. p. 8 – 19.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **O Novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. v. 4.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA 2004. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Conceitos-e-principios1.pdf?iv=24>>. Acesso em: 8 maio 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar**. Local: Editora, 2014.

CAPORAL, Francisco Roberto e RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. In: CAPORAL, Francisco Roberto (coord.). **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Camaragibe, PE: Ed. do Coordenador, 2015. p. 203-204 e 215.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia**. In: CAPORAL, Francisco Roberto (coord.). **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Camaragibe, PE: Ed. do Coordenador, 2015. p. 280.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis**. In: CAPORAL, Francisco Roberto (coord.). **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Camaragibe, PE: Ed. do Coordenador, 2015. p. 299.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antonio e PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. In: CAPORAL, Francisco Roberto (coord.). **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Camaragibe, PE: Ed. do Coordenador, 2015. p. 238-239.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa**. In: CAPORAL, Francisco Roberto (coord.). **Extensão rural e**

agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Camaragibe, PE: Ed. do Coordenador, 2015. p. 311.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Outro desenvolvimento rural: é necessário e é possível.** In: CAPORAL, Francisco Roberto (coord.). **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Camaragibe, PE: Ed. do Coordenador, 2015. p. 429-436.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção.** Rio de Janeiro: UFRJ, nº 11, p. 53-75, out. 1998. (Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11).

CARNEIRO, S. Q. **Agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento local e participação da mulher: um estudo junto ao espaço agroecológico no bairro das Graças no Recife.** 2007. Total de folhas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

CAZELLA, Ademir A., BONNAL Philippe e MALUF Renato S organizadores. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro, ed. Mauad X, 2009, p. 47.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.

CONSEA, **Construção de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Texto de 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2015/novembro/divulgada-carta-politica-da-5a-conferencia-nacional>> Acesso em: 28 nov. 2015.

CONSEA. **Construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira.** Brasília: FAO; IICA, 2009. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/Seguranca_Alimentar_Portugues.pdf>. Acesso em: 8 maio 2015.

COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000, p. 116-130.

COSTA, F. A e CARVALHO, H. M. **Campesinato.** In: **Dicionário da Educação do Campo.** Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 115.

CORREIA, Manoel Correia de Andrade. **A Terra e o Homem do Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 7ª ed revista e aumentada. São Paulo: Cortez editora. 2005.

DE JESUS, Paulo. **Desenvolvimento Local.** In: CATTANI, David Antonio. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre, RS: Unitrabalho e Veraz Editores, 1ª ed. 2003. p. 72-84.

DE JESUS, Paulo e CARNEIRO, Sônia Quintela. **Agroecológica, desenvolvimento local e participação da mulher: um estudo junto ao Espaço Agroecológico no bairro das Graças em Recife.** In: LIMA, Irenilda de Souza (org.). **Extensão rural e desenvolvimento local: uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática.** Recife: EDUFRPE, 2012. p. 207.

FAO. Lacki, Polan. **Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor.** Fortaleza: Banco do Nordeste/FAO, 2. ed, 1996.

FERREIRA, Angela Duarte Damascena. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras.** **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 28-46, 2002.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. Declaração de Nyéléni. Nyéléni (Mali), 2007. Disponível em http://www.wrm.org.uy/temas/mujer/Declaracion_Mujeres_Nyeleni_PR.html Acesso em: 28 nov. 2015.

FRANCO, A. de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável.** Editora Instituto de política, 2. ed, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 35-46-53.

FROEHLICH, J. M. **O Local na atribuição de sentido ao desenvolvimento.** Textos CPDA, Rio de Janeiro, Número 7/Maio/1999.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** 3ª Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2000. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisas qualitativas.** 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONZÁLES, J. A. Telenovelas al día. Protocolo de observación etnográfica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 12, p. 7-20, set. 1995.

GRAZIANO DA SILVA, José. et al. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local.** Campinas: Instituto de Economia, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Gestão das políticas na agricultura brasileira moderna.** Belo Horizonte: Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José e DEL GROSSI, Mauro E. **O novo rural brasileiro.** Publicado na revista Nova economia, Belo horizonte. 7(1): 43-81, maio, 1997.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 20 maio. 2015.

INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF: MDA; INCRA, 2000. 74 p.

IPEA. **Agricultura – Agricultura em família**. 2011, Ano 8, ed. 66. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?view=article&catid=28%3Areportagens-materias&id=2512%3AAgricultura-agricultura-em-familia&tmpl=component&print=1&layout=default&page=&option=com_content&Itemid=23>. Acesso em: 13 abr. 15.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela Maria Naoko Tijika. 2. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes, 1999. p. 224.

LIMA, Irenilda de Souza, PIRES, Alexandre Henrique Bezerra. **A abordagem agroecológica na extensão rural: ferramenta político-metodológica para reflexões sobre o desenvolvimento local**. In: LIMA, Irenilda de Souza (org.). **Extensão rural e desenvolvimento local: uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática**. Recife: EDUFRPE, 2012. p. 20 -23.

MANCE, E. **Consumo solidário**. In: CATTANI, A.D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003. p.44.

MDA. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília, 2004.

MENDRAS, H. **As sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas**. Bahia, 2002. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm>. Acesso em: 4 out. 2014.

MONTEIRO FILHA, M. J. **AMA-Gravatá: uma estratégia de associativismo, de agroecologia, educação ambiental e desenvolvimento local – Pernambuco – BR**. 2008, 108 folhas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

NOVAES, M. H. **O desenvolvimento do turismo no espaço rural: considerações sobre o plano de Joinville-SC**. In: ANSARAH, M. G. dos R. (Org.). **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura 1999.

OLIVEIRA, J. F. de O. (Org.). **Economia para administradores**. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Leda Maria Soares e CARMO, René Becker Almeida. Revista socioeconomia. **Bahia Agrícola**, Salvador, BA, v. 6, n. 2, p. 23-27, jun. 2004.

PESSANHA, Neves in **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 34, 2012.

PIMENTA, M. L. **Comportamento do consumidor de alimentos orgânicos na cidade de Uberlândia**: um estudo com base na cadeia de meios e fins. 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **A (re) significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a viacooperativa em debate**. In: LIMA, Jorge. Roberto Tavares de (Org.). **Extensão rural desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003. p. 61.

PIRES, Alexandre H. B. e LIMA, Irenilda de S. L. **A abordagem agroecológica na extensão rural: ferramenta político-metodológica para reflexões sobre o desenvolvimento local**. In LIMA, Irenilda de S. L., (org). **Extensão Rural e o Desenvolvimento Local: uma proposta metodológica para a relação da teoria e prática**. Recife, EDUFRPE. 2012. Págs 13-27.

PLANETA, orgânico. 2015. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br>>. Acesso em: 8 maio 2015.

RIBEIRO, Simone da Silva et. Al. **Avaliação do perfil dos consumidores dos produtos oferecidos na feira agroecológica da cidade de Bananeiras – PB**. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011. Disponível em: < <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11198/7339>> Acesso em: 8 maio 2015.

ROQUE, Andreia. Maria; VIVÍAN, Antonio Marcos. **O turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira**. Brasília, DF, 1998.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. Ed, Porto Alegre: ed. UFRGS, 2009 a, p.83.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**, 2009 b.

SILVA, D. M.; CÂMARA, M. R. G. Merchandising for organics products in supermarkets: an exploratory study of the consuming behavior. In: **Congresso internacional de economia e gestão de redes agroalimentares**, 5., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: USP, 2005.

SINGER, P. de. **Desenvolvimento Local**. In: CATTANI, A. D (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Vaz, 2003. p. 116.

SZYMANSKI, Heloisa (org.), ALMEIDA, Laurinda Ramalho e BRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília, Liber livro, 2004.

TRUSEN, Christoph. **Desenvolvimento local sustentável: novos desafios para a extensão**. In: BROSE, Markus (Org.). **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004, p. 137-150.

VEIGA, José Eli da. **Destinos da ruralidade no processo de globalização. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 51-67, 2004.

VEIGA, José Eli da. **A dimensão rural do Brasil**. São Paulo: FEA-USP, 2004. Disponível em:

<http://www.zeeli.pro.br/wpcontent/uploads/2012/06/A_dimensao_rural_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2014.

VILAS BOAS, L. H. de B. **Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma análise na perspectiva da teoria da cadeia de meios e fins**. 2005. 222 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. Brasília, DF: SOBER, 1997. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5213&Itemid=360>. Acesso em: 1 nov. 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996. Disponível em: <[file:///C:/Users/SVN/NOT/Downloads/13647_raizeshistoricascampesinato_\(2\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/SVN/NOT/Downloads/13647_raizeshistoricascampesinato_(2)%20(2).pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conflitos, controvérsias e experiências**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. In: Paulo Petersen (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p.40-45.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, PR, n. 2, p. 29-37, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNCIDES

- Como é a orientação: (o que ele faz?)
- Se paga pela orientação ou não?
- Já foi beneficiado com algum programa do governo?
- A produção é toda agroecológica (), em transição ()

5- O que pensa desta forma de produção agroecológica?

6- Qual a diferença da forma como produzia antes e agora?

7- Quais as principais vantagens para produzir agroecologicamente?

8- O que significa esse espaço da feira para você?

APÊNDICE B
Feira Agroecológica Beira Rio



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

APÊNDICE C
Feira Agroecológica Igreja do Espinheiro



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

APÊNDICE D
Feira Agroecológica ITEP



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

APÊNDICE E

Feira Agroecológica Praça Fleming



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

APÊNDICE F
Feira Agroecológica Praça LAFEPE



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

APÊNDICE G
Feira Agroecológica Secretaria de Educação de Pernambuco



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

APÊNDICE H
Feira Agroecológica Sítio da Trindade



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

APÊNDICE I
Feira Agroecológica TRT



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

APÊNDICE J
Feira Agroecológica UFPE



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

APÊNDICE L
Feira Agroecológica Praça de Casa Forte



Fotos: Vanessa Maria Santiago da Silva – Setembro/Outubro 2015.

ANEXOS

ANEXO I - Relação das Feiras Agroecológicas da cidade do Recife. Fornecido pela Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB).

Relação das Feiras Orgânicas localizadas no Recife

Feira	Local	Entidade(s) Responsável(is)	Coordenador/a Fone	Dia do Funcionamento	Horário
Dois Irmãos	(frente ao LAFEP)	Chico Mendes e Terra e Vida	Luiz Amadeu (7322-2954)	Quarta-Feira	6:00 às 10:30
Museu do Homem do NE campo da polícia	Casa Forte	Chico Mendes e Terra e Vida	Luiz Amadeu (7322-2954)	Sexta-Feira	6:00 às 10:30
Prça Fazer Crescer	Derbe	CEPMMA	Filipe Aragão (9106-3436) e Marcos Paulo (8820-8972)	Sábado	5:00 às 10:00
ITEP	Rosarinho	CEPMMA	Filipe Aragão (9106-3436) e Marcos Paulo (8820-8972)	Sábado	5:00 às 10:00
Secretaria da Educação	Várzea	CEPMMA / APORG	Filipe Aragão (9106-3436) e Marcos Paulo (8820-8972)	Quarta-Feira	12:00 às 14:00
Conjunto Inês Andrezza	Areias	CEPMMA	Guimarães Silva (9520-5835)	Quarta-Feira	12:00 às 14:00
CEASA			Filipe Aragão (9106-3436) e Marcos Paulo (8820-8972)	Sábado	5:00 às 10:00
Praça Fleming	Jaqueira	CEPMMA	Maria das Graças (9967-2104)	Quarta-Feira	3:00 às 10:00
Sítio da Trindade			Filipe Aragão (9106-3436) e Marcos Paulo (8820-8972)	Quinta-Feira	5:00 às 10:00
Espinheiro	lado da Matriz	Chico Mendes	João de Ronda (3665-9340)	Sábado	5:00 às 10:00
Beira Rio	Torre	Chico Mendes	João de Ronda (3665-9340)	Sexta-Feira	5:00 às 10:00
Grças	(por trás do São Luiz)	EA	João de Ronda (3665-9340)	Sexta-Feira	5:00 às 10:00
1º Jardim	Boa Viagem	EA	Adelino	Sábado	4:00 às 10:00
Tribunal de Contas do Estado		EA	João Biró	Sábado	5:00 às 9:00
Canal do Cavoco		APORG	Guimarães Silva (9520-5835)	Segunda-Feira	12:30 às 14:00
TRT		APORG	Guimarães Silva (9520-5835)	Quarta-Feira	5:00 às 10:00
Colégio Apoio		APORG	Guimarães Silva (9520-5835)	Quarta-Feira	7:00 às 12:00
Praca de Casa Forte	Casa Amarela	CETPASS	João de Ronda (9665-9340)	Quarta-Feira	5:00 às 14:00
UFPE			José Fernandes (8690-3549)	Sábado	5:00 às 10:00
		APORG	Guimarães Silva (9520-5835)	Quarta-Feira	5:00 às 9:00
Tribunal Regional Eleitoral-TER		APORG	Guimarães Silva (9520-5835)	Quinta-Feira	12:00 às 14:00
Associação dos	SUDENE	APORG	Guimarães Silva (9520-5835)		

Funcionários Shopping Recife	estacionamento	APORG	Guimarães Silva (9520- 5835)	Sábado	5:00 às 9:00
Prefeitura do Recife		APORG	Guimarães Silva (9520- 5835)	Sexta-Feira	7:00 às 12:00
IPA		IPA	Cristina Lemos (8869-0770)	Sexta-Feira	5:00 às 10:00
Pina		CETPASS	José Fernandes (8690-3549)	Sexta-Feira	5:00 às 9:00
Por trás da SUDENE		Chico Mendes	João de Ronda (9665-9340)	Quinta-Feira	5:00 às 11:00

Legenda das Entidades:

- Associação dos Profissionais da Agricultura Orgânica - **APORG**
- Centro de Estudos, Pesquisa e Gestão aos Ambientes Sustentáveis - **CETPASS**
- Centro de Estudos e Pesquisa em Manejo e Meio Ambiente - **CEPMIMA**
- Instituto Agrônomo de Pernambuco - **IPA**
- Rede Espaço Agroecológico - **EA**
- Fundo de Proteção à Saúde e Meio Ambiente - **FUSAMA**
- Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim - **AGROFLOR**
- Terra Vida
- Chico Mendes

OBS: Esta relação foi construída nas reuniões com a Companhia de Serviços Urbanos do Recife (*Csurb*) em parceria com o Instituto Agrônomo de Pernambuco IPA e representantes das Instituições Terra Vida, Chico Mendes, Rede Espaço Agroecológico - EA, Associação dos Profissionais da Agricultura Orgânica - APORG, Centro de Estudos, Pesquisa e Gestão aos Ambientes Sustentáveis - CETPASS, Centro de Estudos e Pesquisa em Manejo e Meio Ambiente - CEPMIMA, Fundo de Proteção à Saúde e Meio Ambiente - FUSAMA, Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim - AGROFLOR, Centro Sabiá, ICEI e CEASA.

ANEXO II

Mapa da cidade do Recife com as Feiras Agroecológicas conforme informações da CSURB.

Fonte: Ajustado pela pesquisadora Vanessa Maria Santiago da Silva.

